

OS MUSEUS DE HISTÓRIA NATURAL E A CONSTRUÇÃO DO INDIGENISMO.
NOTAS PARA UMA SOCIOLOGIA DAS RELAÇÕES ENTRE CAMPO
INTELECTUAL E CAMPO POLÍTICO NO BRASIL

Antonio Carlos de Souza Lima

Programa de pós-graduação em Antropologia Social

Rio de Janeiro

1989

ÍNDICE

I - CATEQUESE X EXTERMINIO?: O "MITO DE ORIGEM" DO INDIGENISMO BRASILEIRO	2
II - A DISPUTA ENTRE MUSEU NACIONAL E MUSEU PAULISTA: UMA OUTRA LEITURA	19
III - DE ÍNDIO A "TRABALHADOR NACIONAL": OS OBJETIVOS "AGRÁRIOS" DA <i>PROTEÇÃO</i> AOS ÍNDIOS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	47
IV - QUESTÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62

OS MUSEUS DE HISTÓRIA NATURAL
E A CONSTRUÇÃO DO INDIGENISMO.
NOTAS PARA UMA SOCIOLOGIA DAS RELAÇÕES
ENTRE CAMPO INTELECTUAL E CAMPO POLÍTICO
NO BRASIL¹

Antonio Carlos de Souza Lima²

¹ O trabalho que aqui se publica constitui-se basicamente em parte do Capítulo 5 de dissertação de mestrado (LIMA, 1985), apresentada ao Programa de pós-graduação em Antropologia Social, do Museu Nacional (UFRJ), em setembro de 1985. A versão ora divulgada é não apenas uma redução do texto original, mas conta também com alterações, fruto de discussões realizadas em diversas ocasiões e com inserções de outros capítulos da mesma dissertação. Devo, pois, agradecer à banca examinadora da dissertação, que contou com a participação da Prof^a. Dr^a. Maria Manuela L. Carneiro da Cunha, do Prof^o. Luiz de Castro Faria e de meu orientador Prof^o. Dr. João Pacheco de Oliveira Filho. Claro está que a responsabilidade integral sobre os defeitos do texto é apenas do autor.

O estudo é parte de um quadro mais vasto de pesquisas sobre o indigenismo e a política indigenista no Brasil, que vêm se desenvolvendo a partir de diferentes oportunidades vinculadas ao PPGAS/Museu Nacional, como o Seminário do Prof^o. Luiz de Castro Faria, a quem devo a maior parte das boas idéias que tenho trabalhado sobre Indigenismo na América Latina, realizado no segundo semestre de 1981, ao longo do qual esboçou-se pela primeira vez, meu projeto de dissertação; e mais recentemente se têm enfiado em torno do trabalho desenvolvido pela equipe do "Projeto Estudo sobre Terras Indígenas no Brasil: invasões, uso do solo, recursos naturais" (PETI), realizado com recursos da Fundação Ford e do CNPq no âmbito do PPGAS/MN, e coordenado pelo Dr. João Pacheco de Oliveira Filho.

Devo agradecer, ainda, o apoio que recebi da ANPOCS, através de uma dotação na categoria "B", para 1984, e juntamente com Jurandyr Carvalho F. Leite, assistente na pesquisa citada, de uma dotação na categoria "A" para 1985, bem como ao CNPq que através de um auxílio-pesquisa possibilitou a continuidade da pesquisa até 1987.

Da mesma forma quero registrar o apoio que venho recebendo do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, na pessoa da Prof^a. Giralda Seyferth, chefe do mesmo durante o período de elaboração do presente trabalho. Este texto foi elaborada em março de 1987 e apresentado para publicação em novembro de 1988.

² O autor é mestre em Antropologia Social pelo PPGAS, Subcoordenador do "PETI - Projeto Estudo sobre Terras Indígenas no Brasil: invasões, uso do solo, recursos naturais" (PPGAS/MN - UFRJ), e aluno do curso de doutorado em Antropologia Social do mesmo programa.

I - CATEQUESE X EXTERMÍNIO?: O "MITO DE ORIGEM" DO INDIGENISMO³ BRASILEIRO

A construção mais freqüente sobre a história do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/STN), mais especificamente no momento da sua fundação, versa sobre a existência de um debate em torno da questão do extermínio ou não dos povos indígenas. O primeiro trabalho científico que veicula esta representação é a tese de doutoramento de David Hall Stauffer⁴, intitulada "The origin and establishment of Brazil's Indian Service, 1889-1910", apresentada à Universidade do Texas (Austin) em agosto de 1955.

Os cinco primeiros capítulos da tese foram publicados na *Revista de História*, de 1959 a 1962 (nºs 37 a 46).⁵ Usualmente são referidos pelos autores que tratam da questão apenas os quatro primeiros capítulos (nº 37 a 44 da *Revista de História*) tal como Darcy Ribeiro os citou em *A política indigenista brasileira*.

Pretendo retomar aqui apenas os elementos necessários a levantar a posição da qual o texto é produzido, e os dados necessários à caracterização do debate entre von Ihering e o Museu Nacional⁶, de acordo com as representações principais envolvidos num certo momento da "disputa".

³ Estarei utilizando indigenismo no sentido de ARMAS, 1981:69; isto é, "...as idéias em relação ao problema, suas causas, efeitos, etc., constituem o 'indigenismo'; a atitude oficial em relação ao mesmo caracteriza a 'política indigenista', e as soluções propostas são a cocomitante 'ação indigenista'".

É mister não esquecer que: "indigenista nos veio do México e dos países hispanos pan-americanos em que a palavra designava pessoas que se dedicavam à proteção do índio. Era uma coisa em que o Brasil, que começou com Rondon (...). Ele era indigenista brasileiro" (RIBEIRO, 1979:88).

"O SPI começa sem conhecer a palavra indigenista. Havia uma ação de proteção aos índios e era uma ação do tipo positivista" (RIBEIRO, 1979: 91)

No mesmo sentido aponta Nolasco Armas ao dizer que "...o indigenismo é mexicano, feito no México e para o México..." ver OLIVEIRA Filho & LIMA, 1983:286 e ss.

⁴ Para desenvolvimento mais completo sobre o tema, ver LIMA, 1985: capítulo 3.

⁵ STAUFFER, David Hall. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios. Separata da Revista de História. São Paulo, 37:73-95, 1959; 42:435-453, 1960; 43:165-183 e 44: 427-450, 1960; 46:413-433, 1961. A tradução foi feita por J. Philipson.

⁶ Uma crítica exaustiva da tese acha-se em LIMA; 1985: capítulo 3. Para uma análise de seus aspectos mais metodológicos ver LIMA, 1987.

O autor e a pesquisa As informações que foram obtidas sobre o autor acham-se disponíveis no próprio texto da dissertação. Não encontrei outras referências sobre o mesmo, quer em revistas da época ou nos textos que o citam⁷

Assim, segundo a "Vita", Stauffer, nascido de pais americanos na China, teria tido parte de seus estudos interrompida por quase três anos de serviço militar durante a guerra (1943), durante os quais chegara a ser comandante de uma fortaleza voadora, atuando sobretudo na Alemanha.

Sua graduação completou-se em setembro de 1946, seguindo-se de um estudo da língua chinesa, inicialmente na universidade de Yale e, a seguir, no "College of Chinese Studies" financiado pela mesma Universidade, em Pequim, na China, de março a novembro de 1947. Deixou a China em dezembro de 1948, não antes de participar por 12 meses de um serviço de transporte aéreo civil como gerente e oficial de operações.

Retornando aos EUA, fez o mestrado na Universidade de Colúmbia (desde 1949), ingressando na Universidade do Texas em junho de 1951 para a realização do PhD. Especializou-se, primariamente, em história da América Latina e, secundariamente, na história da Europa e do Extremo Oriente.

A pesquisa, que se iniciou em 1953, foi realizada tanto em bibliotecas americanas quanto em arquivos e bibliotecas do Rio de Janeiro e São Paulo, onde o autor passou sete meses colhendo material.

Dentre os agradecimentos feitos ao final do prefácio estão os nomes de Howard Cline, diretor da Fundação Hispânica da Biblioteca do Congresso dos EUA; de Charles Wagley, da Universidade de Colúmbia ("pela sua leitura crítica da primeira parte deste trabalho"); H.C. Tucker ("pelos dados fornecidos por sua biblioteca e por recordações

⁷ Apesar de uma investigação razoável nada pude encontrar sobre Stauffer. Tendo consultado intelectuais brasileiros e, na oportunidade de uma viagem à University of Texas at Austin, professores da Universidade onde o autor obteve seu doutorado nada obtive que me pudesse localizar o autor no campo intelectual americano. O Dr. Richard Graham levantou a hipótese de que David Stauffer tenha vindo a se interessar pela questão através do Dr. Lewis Hanke, cujos trabalhos voltados para a situação dos indígenas nas Américas, a presença na Universidade do Texas, e a penetração no campo intelectual brasileiro poderiam ser o elo de ligação entre autor e tema. Na hipótese de uma investigação mais acurada seria importante a consulta ao Dr. Charles Wagley, de Colúmbia, referido por Stauffer, e professor da Universidade em que o autor obteve o grau de mestre.

personais do Brasil nos primeiros anos deste século"); Georges Böhler⁸ e Samuel Guy Inman ("respostas a questões específicas em suas respectivas especialidades"); a Lewis Hanke, professor da Universidade do Texas ("por ter facilitado o contato do autor com cientistas brasileiros, pela descoberta no Brasil de dados que tinham escapado à sua atenção e pelo exame crítico da pesquisa realizada")⁹ e a Carlos E. Castañeda (pelo "trabalho paciente e consciencioso no preparo desta dissertação").

Dentre os brasileiros acham-se Herbert Baldus, então diretor do Museu Paulista ("por informações fornecidas e pelos serviços especializados do pessoal da biblioteca desse Museu"); Frederico Lane, também do Museu Paulista, filho de Horace Lane, fundador do Colégio Mackenzie de São Paulo ("pelo uso de sua biblioteca particular e pela sua assistência gentil na pesquisa de dados em documentos raros e nos documentos pessoais de seu pai"). José Honório Rodrigues, Vilhena de Moraes e Jorge Zarur, então, respectivamente, responsável pela Seção de Livros Raros da Biblioteca Nacional, diretor do Arquivo Nacional e membro do Conselho Nacional de Geografia, recebem agradecimentos por haverem facilitado o acesso a fontes de pesquisa.

Os nomes realmente importantes para nossa explicação são os de Eduardo Galvão, então diretor da Seção de Orientação e Assistência do SPI ("por ter facilitado o contato com outros membros do Serviço"); Darcy Ribeiro, então diretor do Museu do Índio e chefe da Seção de Estudos do SPI; de Heloísa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional, e que, no ano da defesa da tese de Stauffer (1955), seria nomeada Presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, do qual já fazia parte; sua irmã, Marieta

⁸ Böhler é o autor de *Da monarquia à república*. História do Partido Republicano do Brasil (1870-1890). Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde - Serviço de Documentação, 1954. Esse texto acha-se citado por Stauffer.

Publicaria, mais tarde (Cf. RODRIGUES, José Honório, "Apresentação" In: SILVA, 1965:17) um artigo intitulado "Variant Versions of José Bonifácio's Plan for the Civilization of the Brazilian Indians" na revista *The Americas* da Academia Franciscana de História, Washington (vol. XIX. Jan. 1958, nº 3), que não me foi possível obter. É autor também de um artigo sobre as propostas de quatro deputados sobre os índios do Brasil apresentadas às Cortes Gerais de 1821-1822. (BÖEHRER, 1960). Neste texto cita a tese de Stauffer.

Faria, ainda, uma edição crítica dos Apontamentos... de J. Bonifácio pela Agência Geral do Ultramar. (Lisboa, 1963).

⁹ Hanke é autor de, dentre outros, *La lucha por la justicia en la conquista de América* (Buenos Aires, 1949), que aborda a reação dos povos indígenas perante a conquista espanhola e de *Aristotle and the american indians; A study in race prejudice in the modern world*. London, 1959. Há alguns artigos seus publicados na *Revista de História* mesmo período da publicação dos de Stauffer. Era, na época, professor da University of Texas at Austin e entretinha importantes relações com o campo intelectual brasileiro. Ver a nota 7 anterior.

Torres, arquivista do Museu Nacional, e Nair Miranda Pirajá, filha de Rodolfo Miranda, Ministro da Agricultura quando da criação do SPILTN, em 1910¹⁰.

Vale lembrar, ainda, que 1954 foi o ano em que se apresentou na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 4824, "propondo a extinção do Serviço de Proteção aos Índios com a transferência das dotações orçamentárias que lhe têm sido asseguradas e dos bens do patrimônio indígena para a responsabilidade das missões religiosas" (BALDUS, 1962:29), Neste momento encontrava-se em plena gestação o trabalho de Ribeiro (1962), na medida em que certas de suas partes achavam-se já prontas nos trabalhos desse autor de 1953 (Relatório do SPI, 1953)¹¹.

Foi em tal período (1953-54) que Stauffer esteve no Brasil e travou contato com essa rede de agentes que cita como seus principais "informantes". Para avaliar a extensão desse contato, no entanto, seria preciso que existissem referências feitas ao autor, resenhas sobre o texto, etc. Nada disso pude encontrar. De qualquer forma, todos acham-se comprometidos com o SPI. Baldus mesmo também o estava: foi, dentre outras coisas, um dos autores que escreveu um texto in memoriam sobre Rondon (BALDUS, 1956-1958).

Se a tese é citada como referência obrigatória, o autor fica-nos como incógnito, Tampouco explicitou, no trabalho, as razões do interesse e as formas de financiamento da pesquisa. A última referência indicativa de sua posição está dada no segundo capítulo publicado em português *Revista de História*, nº 42), onde, ao final, aparece o nome do autor sobre as seguintes indicações:

"Da Universidade do Texas e, atualmente, do 'Department of State' dos Estados Unidos da América do Norte" (p. 453).

O que se poderia inferir daí é que a qualificação intelectual do autor, com a obtenção do grau de doutor, habilitou-o a procurar uma inserção numa agência do campo político americano, provavelmente como técnico em assuntos estrangeiros, dentro de uma de suas especializações.

¹⁰ Sobre a constituição do CNPI, ver FREIRE, 1986.

¹¹ Para uma análise acurada do período tomando-o em torno da criação do Xingu, ver FREIRE, 1987.

O Texto

O trabalho de Stauffer acha-se dividido em dez capítulos, acrescidos de um "Prefácio" e de um "Apêndice", em que se encontram o Decreto nº 8072, de 20 de junho de 1910 que cria o SPILTN e o regulamento do mesmo.

Na medida do relativo desconhecimento (no caso dos quatro primeiros capítulos; e do total, no caso dos demais) e do teor altamente comprometido dos discursos sobre a problemática, considero ser legítimo e importante retomar aqui alguns aspectos do conteúdo do texto, resumindo seus principais objetivos, fontes e argumentos, trilhando, capítulo a capítulo, sua construção¹².

Objetivo e contribuições da pesquisa segundo o autor

"Constitui o objetivo deste estudo responder a seguinte questão: 'Como foi possível a fundação, em 1910, de um serviço tão estranho à filosofia dos direitos de estado, tão prejudicial aos interesses egoístas do comércio e tão contrário à tradição da supervisão eclesiástica do bem-estar indígena?' Implícitas nesta questão há muitas outras de natureza mais específica: Por que se fundou o Serviço só vinte anos depois da queda do Império e da separação da Igreja e Estado e não nos primeiros anos da República? A quem deve o Brasil, o SPI e a política indígena refletida em suas atividades? As idéias ou à ação de um único indivíduo? A uma sociedade beneficente ou organização eclesiástica? Aos desejos ou exigências da classe intelectual ou da opinião pública? À influencia de projetos semelhantes em outros países do hemisfério ocidental? Criou-se o SPI para satisfazer uma necessidade que não podia mais ser ignorada ou apareceu ele como resultado fortuito de uma barganha política no Congresso Nacional?" (STAUFFER, 1959:74).

¹² Quero esclarecer que estarei usando os quatro capítulos iniciais da edição da *Revista de História*, e os demais no original em inglês. Portanto, as citações feitas a partir do capítulo V são traduções minhas. Como se verá a seguir, traduzi o título do capítulo V ("The spread of the indian debate") por "Expansão do debate indígena" e "indian policy" por "política indígena". Hoje estes termos têm um outro significado para nós, indicando a atuação (debate ou política, em cada caso) dos próprios povos indígenas. Se assim o fiz foi por saber que a alternativa para a tradução - o termo indigenista - era já conhecida na década de 50, nos EUA. Penso que não ter feito uso dela - por desconhecimento ou opção - fala, de alguma forma, da posição do autor.

Deixa claro que não pretende repassar a ação missionária da Igreja e a atuação da Coroa. Remete o leitor, para isso, à coletânea de Humberto de Oliveira, publicação nº 94 do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, em que está reunida parte da legislação sobre os índios pré-1910.

O autor destaca, ainda, que acredita que o trabalho traria três contribuições principais:

1. Como "resposta parcial" ao quanto o SPI teria sido criado para atender necessidades reais, faz um "estudo geral das muitas formas de profunda penetração civilizatória e invasão ampla das terras indígenas no Brasil, depois do advento da República em 1889" (STAUFFER, 1959:74).

2. A realização de um estudo a partir da datação e acompanhamento do debate sobre se os Índios em conflito na fronteira em expansão deveriam ser "pacificados ou exterminados". Para isso, levantou os principais jornais do Rio e de São Paulo e as atas das sociedades científicas da época, bem como os congressos internacionais.

3. A descrição das medidas tomadas pelo governo federal de forma a incorporar dentro das tarefas do Estado "a responsabilidade pelo bem-estar dos Índios".

A primeira corresponderia aos capítulos I e II ("O novo avanço em território indígena" e "A luta pelas terras dos índios"). A segunda, aos capítulos III a VII ("A reação contra o extermínio dos índios", "Estava o índio condenado?", "A disseminação do debate indígena", "A campanha pela ação governamental", "O desacordo sobre as técnicas de civilização") e a terceira, aos capítulos de VIII a X ("A abordagem governamental do problema indígena", "A formulação de uma política indígena", "A inauguração do Serviço de Proteção"). Há ainda uma conclusão final (capítulo XI).

Cabe reter, no entanto, que na visão de Stauffer o SPI contrário tanto à autonomia oligárquica estadual quanto à expansão comercial, assim como nega a atuação eclesiástica. As demais perguntas que faz são decorrentes de perceber dessa maneira o SPI: como uma meritória empresa de "salvação" dos povos indígenas no Brasil. A criação do órgão surge, portanto, como fator ímpar, bem como o autor dá uma "prévia" dos que serão os atores sociais investigados ao longo do trabalho e a quem atribui o surgimento do Serviço: a figura do "herói-criador" Rondon, a comunidade de intelectuais que mobiliza a sociedade civil, o Estado Nacional.

O segundo bloco de capítulos, atinente ao debate "catequese ou extermínio", abrange, como já disse, os capítulos de III a VII cada um deles dividido em diferentes subitens. Nesta parte o autor trilha, documento a documento, as diferentes manifestações em torno dessa questão. Digo documento a documento, pois o debate construído pela descrição de Stauffer é produto, sobretudo, do uso da narração possibilitando a construção de uma trama onde jazem pontos esparsos. Dar os dados e documentos de forma detalhada e fazer inferências generalizantes que preencham os lapsos existentes entre eles: esta forma de construção histórica mantém ocultas as hipóteses que a informam, bem como aspectos da visão de mundo do autor, responsável última - e não-controlada - pela sua construção.

O capítulo III ("A reação contra o extermínio dos índios") acha-se dividido em quatro partes. A primeira ("Publicidade danosa no estrangeiro") refere-se ao XVI Congresso Internacional de Americanistas, que se realizou em Viena em 1908. Stauffer considera que a importância do Brasil no mesmo seria evidente na medida em que alguns participantes (como Paul Ehrenreich e Karl von den Steinen) tinham desenvolvido seus trabalhos ligados ao Brasil. Ao mesmo tempo, como realizações paralelas ao Congresso, eram feitas em Viena as exposições e artefatos de indígenas do Brasil, constantes das coleções da Baronesa de Loreto e de Johan Natterer.

Do Brasil, estavam presentes Manuel de Oliveira Lima, então ministro plenipotenciário na corte belga (representando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, o Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco e o Centro de Ciências Letras e Artes de Campinas) e Inácio Batista de Moura, delegado - segundo Stauffer - do Pará no Congresso. O autor trilhou o pronunciamento de Moura, levantando alguns pontos sobre suas partes, destacando que o "brasileiro médio" achava-se indeciso perante a questão indígena: isto é, entre o progresso e o indígena percebido como fonte de nacionalidade brasileira/empecilho ao desenvolvimento econômico, estava apenas o papel de relíquia incômoda.

O cerne da descrição já é, no entanto, o pronunciamento de Albert Fric, nascido em Praga, ex-naturalista e representante no sul do Brasil dos museus de Berlim e Hamburgo. Tratava-se de uma denúncia sobre a atuação dos colonos alemães e bugreiros frente aos grupos de Santa Catarina, onde Fric trabalhava e procurara esboçar um plano para criação de reservas governamentais, pelo qual recebera o título de

"Pacificador dós Índios de Santa Catarina", e sofrera forte pressão até sua expulsão da região.

O pronunciamento teria causado grande celeuma e os elementos de destaque presentes - Enrenreich, Edward Seler, von den Steinen, von Weckbecker, etc. - refutaram-no com veemência. Interessante é que o presidente do Congresso, Wilhelm Freiherr von Weckbecker, apontou que aquele não era o lugar para tal tipo de discurso, pois a questão era mais de humanidade e política do que de ciência.

Esse item tem como fontes as cartas do Congresso e recortes do *Jornal do Commercio*, de 15 e 16 de setembro de 1908 (sobre Fric) e 26 de outubro de 1908 (para Moura).

Sua forma de construção - referências sobre os congressos, referências biográficas sobre os atores citados e um fichamento interpretativo de seus pronunciamentos - vai se repetir nos itens dos diversos capítulos subseqüentes.

Assim, o item a seguir ("A declaração de von Ihering") inicia-se com uma frase que tem como efeito ligar duas coisas que não se explicam:

"A revelação de Fric, em Viena, embora contestada por cientistas alemães no Congresso, desacreditada pela imprensa alemã e rapidamente posta de lado pela imprensa brasileira, despertou a atenção de um cientista proeminente de São Paulo". (STAUFFER(c):173).

Segue-se então um resumo biográfico sobre Hermann von Ihering, dados sobre as marcas da atuação dos etnógrafos alemães no início do século, destacando-se, sobretudo, o evolucionismo e, como sua expressão, o colecionismo. Refere-se ainda às condições de observação que Ihering tinha à sua mão sobre os índios em Santa Catarina - basicamente notícias de jornais alemães do sul do Brasil. Isso para culminar no ponto verdadeiramente importante no que se refere à criação do SPILTIN (logo, para a construção do autor):

"Assim, não surpreende que von Ihering, em 1906, tenha deixado filtrar alguns sentimentos anti-índigenas num estudo antropológico escrito por ele sobre os índios do Estado de São Paulo. Esta monografia, uma edição aumentada e revista de um

trabalho que tinha apresentado à Exposição de St. Louis (EUA) de 1904, estava publicada em inglês, como na versão anterior e, provavelmente foi lida por um número muito limitado de estudiosos brasileiros. Suas referências, bastante desairosas para com os índios de São Paulo, passaram despercebidas. No entanto, no ano seguinte, uma tradução portuguesa da edição revista foi publicada no volume de 1907 da *Revista do Museu Paulista*, onde pela primeira vez o trabalho teve acesso fácil por parte da comunidade acadêmica do Brasil. Aconteceu que este volume não foi distribuído antes da segunda quinzena de setembro de 1908, e assim se explica que os sentimentos aparentemente anti-índigenas de von Ihering chegaram ao público brasileiro em dias e semanas imediatamente seguintes à notícia do protesto de Alberto Fric em Viena" (STAUFFER, 1960(b):176).

Note-se que a dados sobre Fric, sucedem-se observações sobre Ihering e os ataques a este. A conferência de von Ihering sobre Fric só aparecerá no capítulo IV. Constrói-se uma crono-lógica algo enganosa: a idéia e a explicação de Stauffer necessitam relacionar e formar um "crescendo" para mostrar, tal como se verá, a constituição do SPILTN com base nas premissas que tem quanto à instituição.

O item a seguir ("O protesto de Sílvio de Almeida") trata da matéria de jornal publicada n' *O Estado de São Paulo*, a 12 de outubro de 1908, por Sílvio de Almeida, "estudioso de certa idade e publicista influente n' *O Estado de São Paulo*", atacando Hermann von Ihering a partir de um único trecho citado e repetido pelos autores posteriores como se fora uma proposta de extermínio deliberado dos índios¹³. O trecho é o que se segue:

"Os atuais índios do Estado de São Paulo não representam um elemento de trabalho e de progresso. Como também nos outros Estados do Brasil, não se pode esperar trabalho sério e continuado dos índios civilizados e como os Kaingang selvagens são um empecilho para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio, de

¹³ Sobre Sílvio de Almeida, ver LIMA, 1985: capítulo 5.

que se possa lançar mão, senão o seu extermínio" (IHERING, 1908:215).

Da mesma forma encontra-se aqui uma descrição minuciosa da matéria de Almeida. Preocupado em ver o surgimento de uma proposta de criação de um órgão governamental, o autor qualifica o discurso de Almeida, nesse momento, como pouco construtivo por se limitar a atacar, pessoalmente, Hermann von Ihering. Essa categoria "construtivo" reaparecerá adiante, no texto identificada com as propostas de criação de uma agência do Estado para a "proteção dos índios".

"Seria difícil exagerar a importância do ataque de Almeida, de 12 de outubro, a Hermann von Ihering. Este ataque pôs em evidência uma questão latente há dezoito meses, pela publicação, na primeira página de um jornal paulista de grande importância, de uma recomendação reconhecidamente fria para exterminar os índios, recomendação esta feita por um cientista sem popularidade e natural da Alemanha, justamente quando uma reação pró-índígena e anti-alemã motivada pelas acusações de Alberto Fric contra os colonizadores alemães em Santa Catarina, estava no auge. Almeida, concentrando seu ataque nas palavras de uma única pessoa, criou um bode expiatório perfeito para aqueles que durante muito tempo tinham simpatizado com os índios, mas tinham dificuldade em denunciar os colonizadores, em conjunto, ou os interesses econômicos que participavam na responsabilidade pelo tratamento cruel dos índios, na fronteira que avançava. Falar contra pioneiros e contra as estradas de ferro teria sido o mesmo que falar contra o progresso. Falar, porém, contra von Ihering e contra a 'ciência moderna importada' significava tocar uma música nacionalista, cada vez mais agradável para muitos brasileiros" (STAUFFER 1960(b):179).

Onde estão as provas da "nação pró-índígena e anti-alemã motivada pelas acusações de Alberto Fric" se ele mesmo, ao comentar as matérias de jornal que falam

do assunto, aponta sua superficialidade? Não há referências a essas no artigo de Sílvio de Almeida e não a veremos adiante.

As observações contidas acima são bastante importantes na medida em que procuram desfocar de Hermann van Ihering o peso de uma posição que continua a ser simploriamente reproduzida até hoje. Por outro lado, o autor deixa escapar algo que está oculto sob a sua construção, calcada em indivíduos e feitos (muitas vezes "excepcionais"), e informada por uma filosofia da consciência - que, na melhor tradição historista, reintroduz o culto do herói.

Ora, o autor caiu num equívoco que o próprio texto citado nos permite apontar: não havia um discurso sistemático de extermínio de índios. Existiam sim *práticas* de extermínio de índios, que ocasionalmente surgem, sob a forma de denúncias, nos jornais. Este é o teor do texto de Fric, mas não é o dos de Almeida ou dos outros atores que surgiram ao longo do debate.

Isto é, o campo de disputas se estabeleceu por uma ação - o artigo de Almeida que era uma reação a algo que não aconteceu, ou o que acontece desde sempre a nível da prática (a dizimação física de grupos indígenas), mas que não ganha expressão ao nível da produção simbólica). O discurso do extermínio era assim produto de um suposto contra discurso: o que o texto de Almeida parecia ocultar era seu compromisso com o mesmo quadro ideológico que Stauffer supõe lhes ser difícil denunciar - e que sintetiza sob a palavra *progresso*. Não se trata de dificuldades mas de assentimento: não é "o amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim" o dístico positivista? Se há algo que não se discute aqui é a importância da penetração do interior, o deslocamento de grupos indígenas, sua subordinação à ordem econômica em expansão, etc..

No Capítulo IV de LIMA, 1985, o quadro III apresenta uma relação dos principais autores/atores que, após Almeida, se posicionaram frente ao texto de Ihering, bem como a outras questões, Ihering se retiraria do "debate" em fins de 1908 para só retomá-lo em 1911.

Não me interessa rever, neste momento, como Stauffer constrói em um debate único, discussões diferentes, nem fazê-lo ator a ator, agência por agência.

Para o objetivo deste trabalho é importante, porém, perceber como o autor tratou a entrada do Museu Nacional na disputa, através do protesto da Congregação do Museu Nacional publicado no *Jornal do Commercio* em 6 de julho de 1909, na quarta página,

e nos *Arquivos do Museu Nacional*, XV (1909). Tratava-se de pares cientistas, e não de intelectuais de província, ideólogos ou jornalistas. A pesquisa de Stauffer se baseia aqui, além do material publicado, no levantamento do arquivo geral do Museu Nacional, que lhe foi facultado pela sua diretora.

Apesar de ressaltar a tensão existente entre os dois Museus, o autor reproduz neste item a mesma matriz anterior.

Assim, Stauffer aponta que o assunto foi apresentado à Congregação do Museu Nacional pelo Engenheiro Domingos Sérgio de Carvalho, então titular da Seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia ¹⁴.

A questão foi levantada na sessão de 25 de novembro de 1908 da Congregação do Museu Nacional e, conquanto admitido que "não fosse usual para uma instituição como o Museu Nacional envolver-se *em assuntos não estritamente científicos*" (STAUFFER, 1961:113, o grifo é meu), Sérgio de Carvalho pensava, de acordo com sua posição, que tal não poderia passar intocado.

Como já vinha se transformando em regra, Carvalho leu o "parágrafo do extermínio" e aquele que o segue, o qual até certo ponto o clarifica. É interessante ver como Stauffer trata o assunto.

"... indubitavelmente esse parágrafo influenciou aqueles cujos ataques a von Ihering já foram até aqui sumarizados, mesmo que até esse momento nenhum dos adversários do cientista tivessem se referido especificamente a ele.(...) as palavras do cientista alemão foram lidas como se seguem por Carvalho em 25 de novembro:

A conversão dos índios não tem dado resultado satisfatório; aqueles índios que se uniram aos portugueses imigrados só deixaram uma influência maléfica nos hábitos da população rural. É minha convicção que é devido essencialmente a essas circunstâncias que o Estado de São Paulo é obrigado a introduzir milhares de imigrantes, pois não se pode

¹⁴ O Museu Nacional do Rio de Janeiro tinha então como seu diretor-geral o Dr. João Baptista de Lacerda, e estava dividido funcionalmente em quatro seções: a primeira de Zoologia, Anatomia e Embriologia comparada; a segunda de Botânica geral e aplicada; terceira de Mineralogia, Geologia e Paleontologia e a quarta de Antropologia, Etnologia e Arqueologia que tinha, então, como seu Professor, o engenheiro Domingos Sérgio de Carvalho; como Assistente o Dr. Edgard Roquette-Pinto e como Preparador, Octavio da Silva Jorge. Sobre Carvalho falar-se-á adiante no trabalho (*ARCHIVOS DO MUSEU NAICONAL*, XV, 1909).

contar de modo eficaz e seguro com os serviços dessa população indígena para os trabalhos que a lavoura exige" (STAUFFER, 1961:112, o grifo é meu).

A citação cabe aqui pois ela é mais uma demonstração de dois dos meus argumentos quanto a Stauffer: o caráter conjectural do seu discurso e a solidariedade com os esquemas de reprodução do "mito de origem" do indigenismo.

O "parágrafo do extermínio" e o supracitado se constituem nos dois últimos parágrafos da primeira parte de "A Antropologia do Estado de São Paulo", referente a "Os índios actuaes". Nela o autor abordava o que havia, então, de conhecido sobre os grupos indígenas que habitavam ainda o interior de São Paulo, de acordo com os paradigmas da prática científica da época: descrições antropométrica de alguns grupos, "usos e costumes" em geral.

A segunda parte ("Tradições históricas"), faz intervir a literatura dos cronistas como fonte de informação sobre aqueles aspectos que, inalcançáveis naquele momento, precisavam ser buscados no passado, i.e., na literatura de cronistas. A citação abaixo é um trecho do primeiro parágrafo dessa segunda parte, portanto, imediatamente a seguir dos acima referidos:

"Por esta minha descrição dos índios, que atualmente vivem no Estado de São Paulo, torna-se evidente que eles perderam a maior parte de seus antigos usos característicos. Em geral os índios catequizados, que estão domiciliados nas aldeias deste Estado, não oferecem nenhum interesse etnográfico e aqueles que a este respeito são dignos de atenção levam uma vida retirada e são inacessíveis, tornando-se perigosos à escassa população civilizada do sertão" (IHERING, 1908:216).

Parece-me que esse resgate é fundamental: o que Ihering discutia aqui demonstra, de um lado, a sua posição claramente de acordo com os paradigmas da ciência da época. Como outros autores, ele estava preocupado com a degenerescência da "raça indígena" quando em contato e "miscigenada". Afinal, misturados aos

portugueses, seriam de má influência - talvez o "caboclo indolente" - e o "tipo puro" era perigoso para o desenvolvimento da colonização.

Nesse sentido, a estigmatização de von Ihering como proponente do etnocídio e tomá-lo - mesmo como faz Stauffer, relativizando em parte como o expoente quase único de uma corrente é, sem dúvida, partilhar dos esquemas que, ao reproduzirem a interpretação gerada a partir do SPI, contribuem para glorificar a posição oposta no "debate", e que se corporificou, enquanto proposta de execução, naquela agência.

Nenhum autor citou esse parágrafo ou o imediatamente precedente. Nem mesmo Sérgio de Carvalho, pois Stauffer retirou a citação do livro de registro das atas das sessões da Congregação do Museu Nacional, O texto que constitui peça no debate ("Protesto formulado pela Congregação do Museu Nacional contra a idéia de extermínio dos indígenas brasileiros, sugerida pelo diretor do Museu de São Paulo") não os inclui.

Nesse sentido, como, senão através da suposição, poderia Stauffer afirmar que o parágrafo influenciara, ou - sequer - que fora lido pelos participantes do debate?

Gostaria de reter aqui alguns pontos: 1º) de que a discussão não era considerada pelos pares letrados de von Ihering como matéria de ciência ou, pelo menos, de que, a princípio, uma agência científica não deveria intervir em tal assunto; 2º) que o capital levado pelo Museu Nacional para a disputa era caracteristicamente científico, isto distinguindo a sua posição da de outras agências intervenientes no campo de disputas, capital esse que lhe retomava enquanto legitimidade, principalmente, política. Sobre isso se falará adiante.

II - A DISPUTA ENTRE MUSEU NACIONAL E MUSEU PAULISTA: UMA OUTRA LEITURA

Como já pude dizer (LIMA, 1987), as primeiras décadas do século se constituem em momento de grande importância para o estudo do discurso e da prática indigenistas já que este pode ser considerado como seu momento de institucionalização. É possível, então, tentar perceber as suas condições de legitimidade.

Bourdieu destaca, em relação ao campo intelectual e artístico que:

"A sociologia da produção intelectual e artística constitui seu objeto próprio e, ao mesmo tempo, seus limites, ao construir o sistema relativamente autônomo das relações de produção e circulação dos bens simbólicos. Neste momento, passa a ter condições de detectar as propriedades de posição que uma dada categoria de agentes de produção ou difusão cultural deriva do lugar que ocupa na estrutura deste campo e, por esta via, torna-se capaz de dar conta da significação e da função que as práticas e as obras devem à *posição* dos que produzem tais obras no campo das relações sociais de produção e circulação" (BOURDIEU, 1974:159).

Pode-se pensar, similarmente, que para a região do campo político em que se produzem discursos e práticas indigenistas, os limites de uma abordagem sociológica e sua eficácia estariam em constituir as posições (e as propriedades a elas devidas) das diversas categorias de agentes envolvidas na disputa.

Assim, uma análise da produção simbólica dessa região do campo evidencia que seus autores podem ser divididos, naquele momento, em seis categorias diferentes de agentes e agências: 1) etnógrafos; 2) jornalistas; 3) "propagandistas"; 4) engenheiros-militares; 5) juristas; 6) políticos.

Na primeira categoria podem ser situados Hermann von Ihering e o Museu Nacional. Na sexta, a Sociedade Nacional de Agricultura e o Ministério da Agricultura Indústria e Comércio.

Dentro dessas categorias - embora levando-se em conta a especificidade daquele momento e os limites desta proposta de análise - podem ser distinguidas posições diferenciais, posições estas que implicavam tomadas de posição equivalentes; pode-se também detectar os temas e os problemas, objetos de disputa em jogo naquele estado de luta, desenvolvidos em LIMA, 1987.

A primeira categoria, a dos etnógrafos, é daqueles agentes e agências que reclamam a si uma legitimidade propriamente científica na sua forma de participação na disputa de posições sobre indigenismo.

Utilizei o termo "etnógrafos" por considerar que essas discussões - de caráter indigenista - são aproximadas das questões do campo da etnografia naquele momento. Se limítrofes aos campos da antropologia e da etnologia, elas guardam, no entanto, uma relativa especificidade (THOMAS; 1981:125), sendo a etnografia percebida como forma de conhecimento e preservação da cultura (sobretudo material) de povos que eram tidos como em extinção. No caso do Brasil, os povos indígenas achavam-se nessa categoria. De qualquer forma, a categoria traduz a idéia do "cientista especializado em índios".

Em termos do campo intelectual europeu e americano, a prática etnográfica pode ser pensada como constituída a partir do campo da história natural. Sugiro que, para o caso brasileiro, tal saber deve ser entendido como instituído, já naquele momento, em relação direta à constituição do subcampo de produção da Geografia¹⁵.

É importante para tentar construir as posições, pensar os dados referentes à trajetória dos autores/atores vinculados às agências em questão.

Hermann von Ihering e o Museu Paulista

Assim, Hermann von Ihering (1850-1930)¹⁶ era filho do famoso jurista Rudolph von Ihering. Graduou-se em medicina e ciências naturais, na Alemanha, tendo sido aluno de Virchow¹⁷ e Lenhart, dentre outros. Iniciou seus estudos por temas ligados à antropologia física (craneometria, em especial), passando, mais tarde, à zoologia, notadamente ao estudo dos moluscos, tema de suas teses de doutorado, defendida na

¹⁵ Sobre a associação entre geografia e etnografia no caso do Brasil, ver CASTRO FARIA (1984:236-8).

¹⁶ Estou me apoiando nas informas o constantes em TAUNAY, 1931. Quando provenientes de outras fontes elas serão indicadas.

¹⁷ Sobre Virchow, ver POIRIER, 1981: 19, 31, 38; e LEAF, 1981:103, 203.

Universidade de Erlangen ("Significação do aparelho auditivo dos Moluscos") em 1876; e de cátedra, na mesma Universidade, em 1877 ("Anatomia comparada do systema nervoso dos Molluscos"). Seus trabalhos abrangem uma ampla gama de questões na área das ciências naturais, concentrando-se com especial destaque na área de malacologia.

Em viagem de núpcias, em 1880, chegou ao Brasil e acabou por fixar residência no Rio Grande do Sul, dedicando-se a estudos variados sobre a fauna, a flora e os povos indígenas da região. Durante este período, von Ihering trabalhou como naturalista viajante do Museu Nacional.

Em 1893, deixou o Rio Grande do Sul a convite do governo do Estado de São Paulo para trabalhar como um dos chefes de seção (no caso, de zoologia) da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo¹⁸. Essa instituição foi responsável pelo levantamento da carta do estado, contando nos seus quadros, na época, com grandes nomes do campo científico como Orville Derby e Theodoro Sampaio. A ela seria anexado, em 1893, o Museu Paulista, oriundo das coleções zoológicas e de antiguidades organizadas pelo Coronel Joaquim Sertório, oferecidas pelo seu proprietário, Conselheiro Francisco de Paula Mayrink, ao governo de São Paulo, em 1890. O Museu passou ao Palácio do Ypiranga pela lei nº 192, de 16 de agosto de 1893.

Hermann von Ihering assumiu a direção do órgão a 15 de janeiro de 1894, tendo realizado todo o trabalho de reorganização e instalação do museu, cuja inauguração se daria em sete de setembro de 1895.

A discussão entre Museu Paulista e Museu Nacional

O primeiro volume da *Revista do Museu Paulista*, fundada por von Ihering (publicada em 1896), apresenta um texto seu, intitulado "História do Monumento do Ypiranga e do Museu Paulista". Nele está o discurso de Ihering, feito durante a sessão solene de inauguração, à qual achavam-se presentes Bernardino de Campos, então presidente do estado e outras personalidades, bem como representantes da imprensa. Durante esse discurso, o cientista teria feito as observações que tanto teriam ferido os

¹⁸ TAUNAY (1931:554) faz uma breve referência a incompatibilidades políticas de Ihering, no Rio Grande do Sul, em função de ligações com o Partido Federalista, surgido em 1892. Sobre isso ver LOVE, 1975:53 e ss.

brios do Museu Nacional a ponto de suscitar a resposta acre de João Baptista de Lacerda. Vale conferir:

"O fim destas coleções [as expostas, destinadas ao público - A.C.S.L.] é dar uma boa e instrutiva idéia da rica e interessante natureza da América do Sul e do Brasil em especial, como do homem sul-americano e de sua história. *As nossas coleções neste sentido já não são pequenas e elas tornam-se notáveis pela exatidão da determinação científica.*

(...)

O que mais me está satisfazendo na atual instalação do Museu é a separação das coleções expostas e das coleções de estudo. As experiências feitas nesse sentido nos grandes Museus da Europa e dos Estados Unidos demonstram a inconveniência de cansar o público com a exposição de objetos em demasia.

(...)

Há muitas pessoas que julgam acabado o serviço do Museu depois de inaugurado e aberto ao público. Julgo portanto bom expor em poucas palavras o nosso programa. Não posso fazê-lo sem referir-me a um fato que sinto:

Não temos até hoje universidade alguma no país, nem ao menos uma academia ou escola de ciências naturais. Nestas condições não é difícil explicar o estado de atraso em que até hoje acha-se o estudo das ciências naturais no Brasil.

(...)

Os viajantes estrangeiros, que fizeram coleções no Brasil, não se importaram com os nomes indígenas. O que nós precisamos é fazer a classificação científica e conhecer os nomes vulgares, conhecer a distribuição geográfica, o modo de viver das diversas espécies e sua importância sob o ponto de vista econômico. Neste sentido, muito, para não dizer tudo está por fazer ainda. As nossas coleções, neste sentido, já estão bem estudadas ...

Não posso deixar de mencionar que, além do Estado de São Paulo, um outro dos mais prósperos do país, criou um museu com pessoal científico e sobre bases mais amplas do que

este; refiro-me ao Museu do Pará, criado por iniciativa do benemérito governador Dr. Lauro Sodré e confiado à direção competente do meu amigo Dr. Göeldi" (IHERING, 1895:19-24, grifos meus).

As respostas de Lacerda, então diretor do Museu Nacional, viria no volume IX dos *Archivos do Museu Nacional*, revidando a agressão que estaria por trás da omissão:

"Um ponto de mira teve o Dr. von Ihering, quando para altear o nível científico do seu museu procurou iludir a opinião dos ignorantes sobre o valor do Museu do Rio de Janeiro, que ele julga indigno de equiparar-se ao Museu Paulista e ao do Pará, 'únicos no Brasil organizados sobre bases científicas com pessoal competente' ...

(...)

Eu quisera, porém, que o digno diretor do Museu Paulista me dissesse o que entende por museu organizado sobre bases científicas, como afirma ser o seu; e pretende que não seja o museu do Rio de Janeiro. S.S. não foi claro, ou não quer explicar-se a esse respeito. Permita, entretanto, que lhe pergunte - um museu em que numerosas coleções estão distribuídas por seções de conformidade com as regras adotadas pela ciência, em que existem espécimes classificados metodicamente, em que existem oficinas de taxidermia e de montagem; em que há um horto botânico e um rico herbário, como não existe outro no Brasil; que possui uma biblioteca em que se encontram raridades e as publicações mais recentes sobre todos os ramos de ciências naturais; que tem laboratórios bem montados, providos de aparelhos e instrumentos mais modernos; que publica uma revista com trabalhos originais e de investigação - é ou não um museu organizado sobre bases científicas? Se responde pela afirmativa, há de convir que o museu do Rio de Janeiro é organizado sobre bases científicas; se pela negativa, perdir-lhe-ei o favor de dar as razões de sua negação"
(LACERDA, 1896: XIX-XX, grifos meus).

O artigo de Lacerda continua respondendo às críticas implícitas de Ihering a seus trabalhos científicos na área do que, então chamavam de fisiologia experimental.

Não é minha intenção abordar aqui mais detalhadamente questões relativas ao campo científico, em especial, ao campo das ciências naturais naquele momento.

Claro está que sempre se poderia levantar a hipótese de que a inauguração do Museu Paulista (e a do Museu Göeldi) viria marcar a constituição realmente de um *campo* das ciências naturais, e que o discurso de von Ihering, ao suprimir o Museu Nacional, visaria - como a estratégia de um recém-chegado - discriminar as regras do jogo que pretende estabelecer. Para se aferir a justiça das contestações de Lacerda e (ainda que pelo silêncio) da posição de Ihering quanto ao caráter científico do Museu Paulista - notadamente a separação entre coleções de exposição e coleções de estudo - seria necessário um esforço de pesquisa em si.

Porém, a discussão deixa entrever alguns dados que merecem ser destacados. Em primeiro lugar, o modelo do *museu de história natural* apresentado na discussão, enquanto forma de organização institucional (ver os trechos grifados) e a importância que as *coleções científicas* têm nesse momento para os estudos de história natural.

Era uma discussão da época, sobretudo dos campos da etnografia, antropologia e etnologia, a importância da constituição de coleções etnográficas comparáveis em sua qualidade e forma de sistematização às constituídas pelos viajantes europeus; e mais, a busca de uma legislação que impedisse ou ao menos controlasse - a saída desses objetos do país. Assim, na ata da 365ª sessão da congregação do Museu Nacional, realizada a 27 de agosto de 1907, lê-se que o Profº Domingos Sérgio de Carvalho propunha que o Museu pedisse ao Congresso Nacional a *regulamentação tanto da saída das coleções científicas do país, bem como a do serviço de catequese dos índios* (MUSEU NACIONAL, 1904-1911:53). A informação é importante, a associação das temáticas bastante clara e, para minha explicação, vital.

Retomarei mais abaixo a questão referente à "catequese dos índios" e da posição de Carvalho nesse campo de disputas. Por ora vale destacar que a data da discussão no MN (1907) invalida em muito a explicação de Stauffer, que faz emergir esse tipo de preocupação das denúncias de Fric e do "debate" com von Ihering, em 1908 (LIMA, 1985: capítulo 3).

Seria essa preocupação que geraria mais tarde, em 1933, a criação do *Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas*, órgão que passou a fiscalizar

tal tipo de empreendimento¹⁹, e que estaria ainda mais viva e ativa durante o Estado Novo, quando se veria, por exemplo, Curt Nimuendaju enfrentando alguns problemas com o referido órgão²⁰.

Em segundo lugar, pode-se notar que os modelos de instituição e da prática científica nesse momento são os museus europeus e sua forma de atividade. Nesse sentido, cabe destacar que a formação de von Ihering, dentro dos melhores padrões europeus, provavelmente o investia de um capital científico considerável, habilitando-o à pretensão de legislar acerca da prática do etnógrafo (do especialista em história natural, em geral) e da própria formação de profissionais dessa área²¹.

Em terceiro lugar, se isso não for realizar uma inferência sem fundamentos, penso que a discussão sinaliza também no sentido da produção de uma "ciência nacional", isto é, da preocupação de constituição de um saber a um tempo nacional e nacionalista.

Creio que esses três pontos ressurgirão, de alguma forma, na própria discussão indigenista.

De qualquer maneira, no momento do ataque de Sílvio de Almeida²², verdadeiro deflagrador do debate, Ihering havia editado mais seis números da *Revista do Museu Paulista* (1897, 1898, 1900, 1902, 1905 e 1908. Editaria ainda os de 1911 e 1914), produzindo trabalhos variados (artigos e memórias) sobre malacologia, paleontologia, ornitologia, ofidiologia, etnografia, carcinologia, ictiologia, entomologia, biologia aplicada, botânica, ecologia, etc., cabendo notar que estas discriminações de hoje se reinscrevem sob o paradigma da *história natural*.

Dentre os periódicos nacionais dos quais participou, cito, por estarem envolvidos na temática que abordo, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, A Lavoura* (boletim da Sociedade Nacional de Agricultura) Publicou também, artigos sobre moluscos nas *Publicações da Comissão, Rondon*.

¹⁹ Alguns dados sobre a atuação do Conselho acham-se em FARIA, 1984:230. Ver também FARIA, 1988.

²⁰ Sobre isso, ver OLIVEIRA Fº, 1986. Também, sobre Curt Nimuendaju e a importância das coleções científicas, ver FARIA, 1981 e SOARES, 1980.

²¹ Cf. LIMA, 1985: capítulo 3.

²² Cf. LIMA, 1985: capítulo 3.

Era já, portanto, a essa época, um cientista consagrado cuja legitimidade nesse campo era fartamente reconhecida por todos, bem como a instituição que dirigia recebia também, sinais de reconhecimento, tal como o prêmio da Exposição Nacional de 1908 à sua exposição de Antropologia.

Da mesma forma, na medida dessa consagração parece que crescem as disputas: refiro-me à acusação de von Ihering de que um dos membros da congregação do Museu Nacional - que Stauffer diz ter sido Sérgio de Carvalho²³ - teria tentado impedir a premiação do Museu Paulista (IHERING, 1911:115-116).

Não me interessa, aqui fornecer uma biografia completa de Ihering, mas apenas os dados que permitam entender sua forma específica de participação na disputa indigenista, qual seja, como cientista, mais especificamente como etnógrafo. Será essa identidade - a de cientista - e esse tipo de legitimidade que ele invocará para participar da luta, notadamente nos textos em que se propõe a responder aos ataques formulados sobre o famoso “parágrafo do extermínio”:

“Parece que o Sr. Dr. Sílvio de Almeida não gostou da minha opinião a respeito desses indígenas, mas *julgo poder sustentá-la neste assunto do qual me ocupo, mais do que o distinto filólogo, pois à nossa etnografia tenho dedicado durante quase trinta anos a minha atenção tanto neste Estado, como no Rio Grande do Sul ...*

(...)

Pouco valor ligo a divagações filantrópicas e o ilustre Dr. Sílvio de Almeida com as mesmas não faz nem boa ciência nem política, onde só se pode contar com condições reais. Se ele. Tirando um trecho da minha publicação me quer pintar como perseguidor dos índios então lhe digo: *veja os meus grupos de indígenas do Estado de São Paulo na Exposição Nacional.*

Houve quem me dissesse que lá está a glorificação da vida simples do selvagem do Brasil e, se assim for, as minhas intenções estariam bem patenteadas” (IHERING, 1902).

“Julguei conveniente emitir minha opinião sobre a situação atual destes indígenas e os meios para melhorá-la, mas não é a propaganda destas idéias também aqui expandidas,

que me preocupa senão unicamente o desejo de aprofundar meus respectivos estudos científicos e parece-me que poucos são os que têm conhecimento do estado deficiente em que se acha ainda o estudo da etnografia do Brasil meridional” (IHERING, 1908(a)).

"Por ocasião da última Exposição Universal de S. Luiz, fui convidado a escrever um pequeno estudo sobre os indígenas do Estado de São Paulo. Escrevi uma memória em inglês, e dela veio à luz, mais tarde, segunda edição e tradução portuguesa. *Visei aí tão somente o aspecto científico da questão, mencionando, entretanto, as relações entre indígenas e imigrados e o extermínio dos elementos em guerra com os sertanejos.*

(...)

Falo dos missionários como Historiador imparcial e sistemático, e nenhuma preferência lisonjeira proferiram meus lábios que não fosse a expressão de minha consciência, que não fosse um grande dever de justiça.

Ao encerrar esta discussão resta-me asseverar ter-me envolvido nela muito contra a minha vontade, uma vez que o assunto só me preocupa cientificamente.

(...)

Relativamente a esse assunto não há porventura pessoa alguma com mais experiência do que eu, *mas as questões aqui estudadas ultrapassam em parte a minha competência. Trata-se de assunto de caráter administrativo- social, nos quais evidentemente as questões divergem. Não sou propagandista, como aliás o sou relativamente à conservação das nossas matas e à nossa flora e fauna.* Não pretendo por tais razões tomar parte na discussão pública, porventura suscitada pelo presente estudo. *O único escopo meu foi fornecer elementos de estudo aos homens de estado e às pessoas cultas desejosas de informações.* Não recomendei e não quero recomendar o extermínio dos índios; mas protesto contra a anarquia reinante em tudo quanto respeita aos índios bravios, como elemento da

²³ Cf. LIMA, 1985: capítulo 3.

população do Brasil. A continuação do presente estado de coisas é uma vergonha para um país civilizado. *Oxalá os meus escritos pudessem resolver o problema ao qual, o presente artigo foi por mim consagrado e dedicado*" (IHERING, 1908(b):144;124;138. Os grifos são todos meus).

De acordo, portanto, com sua posição no campo científico, com a posição da instituição que dirige - um museu pertencente a um estado (mesmo que já, sem dúvida, a mais poderosa unidade da União)²⁴ e não ao governo central, e que hipoteticamente, poderia se dizer, apresenta um peso funcional menor que o do Museu Nacional - von Ihering representa o etnógrafo que procura intervir enquanto tal, mas fornecendo subsídios que frisa, devem ser tomados como científicos.

Assim, Ihering seria um dos autores a formular um *projeto indigenista*. Por essa expressão designo um *plano mais ou menos elaborado conforme o caso* (mas que nesse momento, em geral, bastante elementar) *que vise a propor uma dada forma de controle do relacionamento entre povos indígenas e brancos no Brasil*. Em LIMA, 1987, apontei os itens principais que todo projeto indigenista visava solucionar, bem como os conflitos entre as soluções propostas, i.e., os objetos de disputa naquele momento.

O Museu Nacional e sua participação na disputa

Muito diferente seria a tomada, de posição do Museu Nacional, Embora o texto tenha sido escrito por Domingos Sérgio de Carvalho, um membro bastante específico da instituição, ele se acha assinado por todos os membros da Congregação. Isso autoriza a considerá-lo como produto da posição da agência.

Criado por decreto imperial de 6 de junho de 1818, o Museu Nacional²⁵ nas décadas finais do período imperial achava-se

"... subordinado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, juntamente com o Corpo de Bombeiros,

²⁴ Cf. CANO, 1983.

²⁵ Sobre a situação da etnografia no Museu Nacional, ver a Nota nº 12 anterior.

Correios, Estrada de Ferro D. Pedro II, Hospedaria de Imigrantes, Terras e Colonizações, e outras repartições do gênero" (FARIA, 1982:21).

Castro Faria mostra como na discussão sobre a criação de uma universidade, a partir de 1881, com o projeto Homem de Mello, o Museu Nacional seria uma peça significativa do debate.

No principal projeto de reforma do ensino, apresentado por Rui Barbosa, em 1882, propunha-se que o Museu passasse a figurar nos quadros do Ministério do Império, ao qual achavam-se

"... subordinadas a Academia Imperial de Medicina e de Belas Artes, o Arquivo Público, a Biblioteca Nacional, a Escola Politécnica, de Minas de Ouro Preto, as Faculdades de Direito (Recife e S. Paulo), as Faculdades de Medicina (Bahia e Rio de Janeiro), o Observatório Nacional" (FARIA, 1982:21).

A idéia de Rui Barbosa era de que as coleções do Museu deveriam constituir patrimônio comum para o ensino superior, secundário e primário (educação). Além do que um curso superior de ciências naturais, que encontrar-se-ia em termos lógicos, melhor situado no Ministério do Império, achava-se como que naturalmente encaixado dentro das atribuições do Museu Nacional. Barbosa propunha, então, a criação de um curso de bacharelado em ciências físicas e naturais.

O projeto de Rui Barbosa confrontar-se-ia, no entanto, com o projeto de reforma do ensino proposto pelo deputado maranhense Almeida de Oliveira, em que este colocava a atribuição de ensino de Ciências Naturais como tarefa da Escola Politécnica, e a de investigação científica como do Museu Nacional. As coisas permaneceram como estavam antes do debate²⁶

Se o Museu era tido, então, como uma instituição de produção cultural, isso não autoriza pensá-lo como voltado para demandas puramente científicas. *Ao contrário, a posição da agência dentro do Ministério da Agricultura imperial indica, justamente, o*

²⁶ Cabe ressaltar que os positivistas do Apostolado eram radicalmente contra a própria idéia de Universidade. A ciência seria universal em si, e deveria ser produzida pelos povos que houvesse atingido, dentro da lógica evolutiva positivista, as condições para tanto. (Cf. FARIA, 1982:20).

caráter altamente aplicado que lhe era destinado, ao menos nos planos políticos da época.

É, assim, que encontraremos no volume VIII (de 1892) dos *Archivos do Museu Nacional*, um artigo de Emílio Göeldi, intitulado "Relatório sobre a moléstia do cafeeiro no Estado do Rio de Janeiro, pelo Dr. ...", ao final do qual encontra-se a explicação do motivo que suscitou o trabalho.

Trata-se de uma carta de Ladislau Netto, diretor do Museu Nacional, de 20 de junho de 1886, apresentando a Göeldi a questão da doença do café, cuja solução lhe fora incumbida pelo aviso do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, de 2 de junho de 1886. Dentre os diversos nomes de elementos com quem discutiu o texto, primeiramente apresentado em alemão a especialistas estrangeiros, numa versão abreviada, encontra-se o de Hermann von Ihering. Há apenas um nome brasileiro - a parte os de funcionários de estradas de ferro e hospedeiros - a que agradece, i.e., o do engenheiro bacharel Hermillo Bourguy Macedo de Mendonça.

Com o advento da República o Ministério da Agricultura seria extinto, e criado o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. O Museu Nacional passaria a fazer parte do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Por poucos anos, no entanto, já que em 1909 com a implementação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio ele passaria a esta pasta.

Em verdade, desde a criação do órgão pelo decreto nº 1606, de 29 de dezembro de 1906, o Museu já se achava designado para fazer parte dele.

Abaixo falarei da criação do Ministério em si. Por ora é necessário destacar, apenas, que o Museu passaria a integrar um órgão que também compreendia outras seções responsáveis por imigração e colonização, ensino agrícola, escolas veterinárias, postos zootécnicos, registro de animais, estatística da produção agrícola, legislação rural e agrícola, registro de terras, serviço geológico, regime de pesos e medidas, etc.

No relatório da primeira gestão da pasta da Agricultura (*Relatório do Ministério da Agricultura, industria e Commercio, 1910*), o mesmo em que aparece o material referente à criação do SPILTN, o Museu situava-se na parte afeta à agricultura e indústria animal.

Sobre ele se diria:

"Dispondo de grande material de estudo, possuindo coleções de história natural, das mais ricas que se encontram em seus congêneres, seria preciso aproveitá-las em benefício do ensino dessa disciplina, que, incontestavelmente, tem declinado entre nós, e no sentido das experimentações aplicáveis aos diversos ramos da atividade agrícola.

Sem perturbar a orientação anterior, relativamente à ciência especulativa, cumpria, em verdade, ao Museu intervir mais diretamente no desenvolvimento econômico do país, oferecendo seu material de estudo, seus gabinetes e laboratórios a todos que quisessem, por si mesmos, entregar-se a qualquer dos ramos da história natural (...) (BRASIL, MAIC, 1910:31).

A proposta quanto à instituição era clara: que ela se tornasse um centro de excelência e pesquisa para conhecimentos, sobretudo, aplicados.

Há, ainda, referências aos cortes no orçamento da instituição, feitos em 1901 em função das dificuldades financeiras do Estado e a necessidade de reabilitar as verbas necessárias ao funcionamento da instituição; mudanças de pessoal, estudos realizados pelos seus membros sobre pragas; de espécies vegetais, e também quanto ao estado do prédio do Museu Nacional.

O Museu achava-se, desta forma, destinado não apenas a produzir um saber diretamente aplicado à ação política em termos, sobretudo, técnicos, mas a respaldar a ação do Estado de forma bastante ampla, ao produzir discursos científicos - no sentido da época - que validassem as práticas oficialmente implementadas. Em contrapartida, a instituição poderia auferir os lucros econômicos, políticos e simbólicos necessários à busca de uma autonomia relativa, i.e., ao estudo de questões que, já então, fossem concernentes às problemáticas especificamente científicas.

Não quero com isso afirmar que esta fosse uma estratégia consciente de manutenção de seu poder ao nível do campo científico. Por outro lado parece-me que ela é uma interpretação válida para a posição do Museu Nacional sobretudo quanto à sua participação no jogo indigenista²⁷.

²⁷ Tal não significa dizer que o Museu em si não possa ser pensado, enquanto um campo de disputas, onde diversas posições participavam de lutas específicas à instituição. Em diversos momentos como com as cartas de Alípio de Miranda Ribeiro a *O Paiz*, em novembro de 1914 (Cf. RIBEIRO, 1916:42); ou as dissensões também publicadas em jornal na década de 40, sob a administração de Heloisa Alberto Torres ou mesmo na conferência de Castro Faria, em 1982 (FARIA, 1982), pode se entrever certas zonas de

Não seria à toa, portanto, que Rodolpho Miranda, então Ministro da Agricultura, declararia sua intenção de implementar um serviço de "catequese leiga" e localização de trabalhadores nacionais, em 1910, quando de sua visita ao Museu Nacional: aquele era o órgão do Ministério que poderia tornar legítimo e fornecer os detalhes necessários à utilização do trabalho indígena²⁸.

Um trecho de uma matéria de Alípio Miranda Ribeiro²⁹, publicada na revista *Kosmos* (nº 9, 1908) mostra como a questão da subsistência do Museu como instituição, sua eficácia naquela que se afigurava como a tarefa a ele destinada, se colocava, ao menos para uma posição dentro da instituição:

"E uma vez que possuímos museus, é para esses que deve convergir todo auxílio dos poderes públicos, a par de uma fiscalização mais severa dos respectivos serviços com as verbas de que são dotados, torna-se impossível exigir-se deles um bom serviço de exploração, e é a tais estabelecimentos que incumbe eliminar os dísticos de - Desconhecido - do mapa da República.

Com o pouco que possuem o que eles tem feito é bem pálido em relação ao que devem produzir. E parece que mesmo esse parco trabalho que aparece é o fruto de sacrifícios que pesam somente sobre o desventurado que se arrojou a executá-lo.

Os museus são outras tantas bibliotecas onde, em vez de palavras e estampas são encontrados - os fatos e as suas provas-; e se as bibliotecas propriamente ditas são importantes porque encerram os livros que disseminando o saber, são a base de todo o processo, essas bibliotecas concretas não o são menos, por

conflito, guardadas, claro, as especificidade destes momentos históricos. Sem computar, é claro, os dados da observação direta.

²⁸ Cf. LIMA, 1985: capítulo 3.

²⁹ Alípio de M. Ribeiro era assistente da seção de zoologia do Museu Nacional, tendo sido o primeiro de seus membros a participar de uma excursão da Comissão Rondon, no período de 1908 a 1910. Foi, sem dúvida, um dos elementos mais ligados à comissão, como se pode depreender das conferências sobre a relação da referida instituição com o Museu Nacional, realizadas em 1916, por sugestão de Edgard Roquette-Pinto. É interessante que nelas Miranda Ribeiro invoca o exemplo da Comissão para sugerir alterações quanto a estruturação do Museu Nacional, o que faz entrever os conflitos internos em que esta instituição se envolvia e os objetivos em jogo. Por outro lado, vale frisar que essas conferências tem objetivos claramente encomiásticos. Veja-se este mesmo texto adiante.

encerrarem a expressão exata da Natureza ou as lições materiais do próprio ser humano" (RIBEIRO, 1916:42).

Nessa mesma série de conferências (na segunda, no caso), A. Ribeiro ressaltaria alguns dados interessantes, como por exemplo, o número de exemplares da Seção de Antropologia - para tomar somente essa - que de 11.185 passou a 14.565 graças ao acréscimo de 3.380 peças devidas à "Comissão Rondon".

Esse, parece, seria o lucro obtido pela instituição, cuja ligação com a "Comissão Rondon" era preexistente ao "debate de criação" do SPILTN e se prolongaria após.

Assim, não seria à toa que Cândido Rondon enviaria um telegrama de apoio ao Museu Nacional quando este publica o seu Protesto (BRASIL, 1908).

De acordo com o gênero, o texto escrito por Domingos Sérgio de Carvalho e fruto de uma proposta dele mesmo à Congregação do Museu Nacional³⁰ é tão somente 'um ataque a Hermann von Ihering. Trata-se de um posicionamento que poderíamos chamar de "indigenista" - mais de caráter político do que intelectual, portanto. Penso que vale transcrevê-lo aqui:

"A Congregação do Museu Nacional sente-se obrigada a levantar protesto formal contra os conceitos expendidos pelo diretor do Museu de S. Paulo, a propósito dos indígenas do Brasil, em artigo inserto no 7º volume da revista daquele estabelecimento, e o faz com a repulsa que lhe desperta a idéia que nele se sugere de votar-se ao extermínio milhares de seres humanos, filhos genuínos deste país.

Não se detém a Congregação em formular objeções, opor controvérsia a princípios de doutrina que lhe não carecem acordes com a verdade científica, porque a quaisquer lacunas que lhe coubesse apontar sobreleva o dever humanitário de exprimir sua condenação ao desvario com que se procura sancionar a crueldade que, de há muito, se exerce contra os indígenas brasileiros, e levá-la ao extremo de um morticínio impiedoso, praticado em nome da Lei e dos interesses nacionais.

³⁰ Cf. BRASIL. MUSEU NACIONAL. *Registro das Atas da Congregação...* 1904-1911 fl. 75.

(...)

A geração atual tem a responsabilidade da mesma culpa. *Os amplos favores da lei amparam o imigrante e olvidam a mísero indígena, em geral inteligente, industrioso, com grande capacidade de trabalho, quando lhe cabe direção competente e desvelada;* e agora que o diretor de um estabelecimento científico nacional, servindo-se do prestígio da instituição que representa, procura acoroçar tais violências, por dilatar os domínios da colonização; cumpre a congregação do Museu Nacional firmar o presente protesto, certa, entretanto, de que os poderes públicos não permitirão a vitória dessa idéia criminosa" (BRASIL, 1908. Os grifos são meus).

Perceba-se que; 1º) o texto não pretende falar do ponto de vista científico mas, enquanto cientistas, falar de um ponto de vista humanitário; 2º) que também se firma posição ao opor indígena a imigrante, e ao mencionar o caráter de elemento econômico do índio se submetido à adequada condução.

Como já se mencionou acima, seu redator, Domingos Sérgio de Carvalho requer uma atenção especial. Mesmo que não tomemos em conta as declarações de Paulo Carneiro (que informam as afirmativas de Stauffer quanto ao papel de Carvalho e do pai de Carneiro, Mário Barboza Carneiro, na constituição do SPILT), ainda assim as relações institucionais de Sérgio de Carvalho merecem ser recapituladas.

O engenheiro agrônomo Domingos Sérgio de Carvalho, além de professor da 4ª Seção do Museu Nacional desde 1897 (*Archivos de Museu Nacional*, X, 1899), fora também um dos membros fundadores do Instituto de Proteção aos Índios, em 1903, ao qual achava-se vinculada a professora Leolinda Daltro. Antes disso, no entanto, em 1899, ele fazia parte da Comissão de Redação de *A Lavoura*, periódico da Sociedade Nacional de Agricultura³¹, entidade que integrava desde sua fundação (*A Lavoura*, 2ª série, nº 7, outubro de 1899). No ano de 1901 ele figuraria como Secretário Geral da referida sociedade (*A Lavoura*, Suplemento, Jan-Dez. de 1901). Aliás vale destacar que dentre os colaboradores da revista (listados para o referido número) acham-se citados

³¹ Acha-se na ata da reunião de 13 de abril de 1898 (*A Lavoura* nº 8, 1898) que, por aviso do Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, a Imprensa Nacional ficava autorizada a fazer a publicação deste periódico. É interessante que esse número do periódico refira uma tiragem de 5.000 exemplares que, para a natureza do mesmo, e para a época, pode ser considerada elevada.

Luiz Pereira Barreto, Hermann von Ihering, Alípio de Miranda Ribeiro³² e Antonio Carlos Simoens da Silva. Este último seria apresentado por Domingos Sérgio de Carvalho à 111ª Sessão da Diretoria da Sociedade, a 20 de fevereiro de 1901, como sócio-honorário da Sociedade e, obviamente aceito. Silva foi um dos formuladores de um projeto indigenista (LIMA, 1987).

Por fim, a outra referência de que disponho à que Carvalho seria, com a implementação do MAIC, chamado a ser consultor técnico do ministério³³.

Achava-se, portanto, ligado a algumas das agências do campo político que comporiam a posição dominante quanto a indigenismo, como procuro mostrar em LIMA, 1987.

Por outro lado, referi anteriormente como, em 1907, ele já propunha que a Congregação do Museu Nacional demandasse a organização do serviço de catequese de índios.

Esse período ficaria marcado, ao menos para aqueles que, dentro do Museu Nacional, compartilhavam dessa posição, percebendo de uma certa maneira o papel mais global da agência. Assim, Ribeiro, nas referidas conferências, diria mais tarde que

"Foi sob o Governo do Dr. Nilo Peçanha que o funcionalismo do Museu se viu recompensado de modo equitativo e justo em face dos seus deveres; e não há funcionário, daqui e dessa época que não lhe seja grato por essa medida de justiça. Seria também ingratidão deixar de mencionar os esforços do ministro Rodolpho Miranda nesse sentido e a *influência do Professor Sérgio de Carvalho, graças a quem o museu passou para o Ministério da Agricultura* (RIBEIRO, 1916:44; grifos meus).

³² Os dois continuariam a figurar como colaboradores em 1906 e 1907.

³³ O Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, de 1910, há uma seção intitulada Serviço de Consulta em que se diz que "Os encargos afetos às Diretorias Gerais da Secretaria de Estado adquiriram o desenvolvimento progressivo dos serviços conseqüentes às novas organizações tão grande extensão e complexidade que se tornou indispensável não sobrecarregá-la com outras atribuições, como as de natureza jurídica e técnica.

Em conseqüência desse fato, de que poderia resultar perturbação constante nas referidas diretorias, foi criado pelo decreto nº 7839, de 27 de janeiro de 1910, um 'Serviço de Consulta', a cargo de um consultor-jurídico, um consultor-técnico, e um auxiliar-técnico, que no desempenho das respectivas funções, atestaram o acerto do Governo na referida organização."

Da mesma forma não pouparia, ao final da terceira Conferência, os encômios a Cândido Rondon, relacionando-o diretamente à instituição:

"(...) a Comissão Rondon, no que toca a todos os serviços das Ciências Naturais fez mais do que o Museu; e se entrarmos na apreciação econômica, então, a diferença é estupenda.

(...)

O Coronel fez tudo quanto esta casa tem por fim fazer: coligiu material, estudou-o, publicando o resultado desses estudos por meio de seus relatórios e até produziu as conferências - agora tão em moda e coisa que o Dr. Lacerda nunca conseguiu não obstante pedi-las todos os dias.

(...)

Rondon não é só o homem bom e puro votado ao bem da Pátria e que se elevou no conceito dos homens de ciência pela maneira sabia com que se desdobrou os seus serviços científicos; Rondon é uma bandeira" (RIBEIRO, 1916:59-60).

Assim, o conflito do momento em que o autor fazia as conferências evidenciava o "descaso" dos governos para com a instituição, tornava o período de Nilo Peçanha e a atuação de Miranda como determinantes e acabava por glorificar o "exemplo" de Rondon para aquela casa, destacando Sérgio de Carvalho.

Se o vínculo, portanto, está anteriormente dado, ele foi, no entanto, paulatinamente aprofundado e formalizado.

Destarte, Edgard Roquette-Pinto propôs a 30 de novembro de 1909, à Congregação do Museu Nacional que fosse dado a Cândido Rondon o título de membro correspondente da instituição por "Serviços prestados à pátria, à ciência e à humanidade" (BRASIL. MUSEU NACIONAL. *Registro das Atas da Congregação ...* fl. 98-2). Em seguida, o mesmo Roquette-Pinto assinalaria, em 29 de janeiro de 1910, a necessidade de o Museu destacar uma comissão para receber Cândido Rondon, cuja

chegada ao Rio de Janeiro se daria a seis de fevereiro de 1910, com uma recepção promovida pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Essa comissão deveria, ainda, avisar Rondon do título que lhe seria entregue (BRASIL. MUSEU NACIONAL, *Registro das Atas da Congregação ...* fl. 102-2).

Após o anúncio de Miranda de sua intenção de estabelecer o SPILTN, Roquette-Pinto proporia, em 23 de fevereiro de 1910, também em reunião da Congregação, que esta tirasse uma moção de apoio a essa iniciativa, louvaria, ainda, as boas sugestões que a Congregação vinha dando sobre " ... questões pouco depois reconhecidas de grande utilidade" (MUSEU NACIONAL. *Atas da Congregação ...* fl. 105), referindo-se evidentemente ao protesto da Congregação. A moção diria que:

"Para sistematizar a civilização desses brasileiros (os índios), o processo rigorosamente científico é mesmo esse (posse de terras e direito à liberdade espiritual e cultural) permitindo que a evolução de cada um se faça livremente. Nem se deve esperar que ao benefício indireto, assim proporcionado a essa gente, caiba uma compensação material qualquer" (MAIC. Relatório de 1910, v. 2, p. 7)

É interessante notar que a moção não enfatiza, como o protesto, as possibilidades do trabalho indígena, talvez de acordo com as opiniões *científicas* de membros da instituição, e com os diferentes autores dos dois textos, apesar dos termos de inspiração positivista.

Segundo Castro Faria (FARIA, 1982:16-17), durante a Exposição Antropológica Brasileira, de 1882, além de expostos objetos de índios, alguns índios foram, eles mesmos, expostos. Além disso, foram submetidos a diversas experiências científicas, por João Baptista de Lacerda, que pretendiam "provar cientificamente, preconceitos e representações então vigentes" (FARIA, 1982:16).

Lacerda afirma, em artigo anteriormente publicado na *Revista da Exposição Antropológica*, que a despeito da concordância dos cronistas quanto à grande força muscular dos indígenas, a verificação experimental, nos termos da época, não comprovava tal tendência:

"Portanto, segundo todos os antigos estereótipos 'nosso indígena', mesmo civilizado, não poderia produzir a mesma quantidade de trabalho útil, no mesmo tempo, que indivíduos de outras raças, especialmente da raça negra. Assim, pensa ele [Lacerda - A.C.S.L.], 'reduzido o problema fisiológico a estes termos, fácil é compreender-se o seu alcance no aproveitamento das forças indígenas do país para os árduos trabalhos da lavoura. O índio não poderia substituir o negro como instrumento de trabalho; sua produção seria descontínua, necessitando intervalos maiores de repouso'. Embora sem nenhum valor, tais conclusões, enunciadas como verificações experimentais, sem dúvida reforçavam as representações sobre a incapacidade do índio, ou melhor, sobre a sua inutilidade como mão-de-obra para o desenvolvimento da lavoura, e portanto como obstáculo ao progresso do país" (FARIA, 1982:16-17³⁴).

Penso que uma outra citação do mesmo Alípio de Miranda Ribeiro, apoia essa interpretação de que a atuação do Museu Nacional (ou de algumas facções dentro do mesmo) se fazia no sentido de conseguir um aumento de sua autonomia e de um capital propriamente científico, sendo esse o cerne de sua aliança com a Comissão Rondon e com uma dada posição no campo político. Já ao término da 3ª conferência, Ribeiro diria, à guisa de balanço final:

"Que concluir daí?

I - Que o Museu tem se afastado do seu objetivo por efeito de pressões políticas em benefício de parte daqueles seus dirigentes que colocaram seus interesses acima dos do estabelecimento ou dos governos que se prestaram a desvirtuar-

³⁴ Lacerda seria um dos teóricos do "branqueamento", tese que, ao pressupor a superioridade branca, inferia que a população negra diminuiria, paulatinamente, por fatores diversos (baixa taxa de natalidade, alta taxa de mortalidade, etc.) e que a miscigenação tenderia a contribuir para que (em função tanto da superioridade biológica branca quanto da busca de parceiros brancos), ao fim de um certo tempo (um século, era seu cálculo), se tivesse uma população "branqueada". Lacerda seria o único brasileiro a apresentar um trabalho, defendendo essas posições, no I Congresso Universal de Raças (Londres, 1911). Segundo Skidmore, ao fim desse trabalho, constavam estatísticas de Edgard Roquette-Pinto, cujos dados (oficiosos) apresentavam um crescimento da população branca, que atingia 50% do total. Sobre isso, ver SKIDMORE, 1976: 81-86. Sobre Lacerda, ver FARIA, 1951 e SEYFERTH, 1985.

lhes os fins ou a guardá-lo para o jogo de seus interesses partidários.

II - Que os museus são estabelecimentos especiais que exigem funcionários especiais; e assim sendo os governos devem deles excluir quaisquer pretensões político-partidárias o que de modo algum prejudica o equilíbrio político-partidário geral de qualquer governo, porque, como recíproca, esses funcionários pela sua natureza e número não podem cuidar de partidarismo político devendo - sempre ser afastados como prejudiciais, todos os que tenham semelhante vício.

III - Que nessa isenção e que reside a verdadeira disciplina dos estabelecimentos científicos.

IV - Que uma vez rigorosamente observadas essas condições, esses estabelecimentos são os melhores fatores da alta política das nações porque tramam e desenvolvem relações entre os homens de ciência do mundo; em caso contrário, estes, conhecedores do verdadeiro valor dos homens e das coisas, desprezam os governos que lhes faltam à verdade e boa fé procurando impingir como científico o intuito exclusivamente partidário" (RIBEIRO, 1916:56).

Se o texto e os problemas são de um momento posterior, parece-me que a solução proposta era a mesma: construir a "autonomia" através da participação tácita, ou da legitimação dos esforços da posição, ao nível do campo político, que fosse favorável a essa autonomização. A garantia da pesquisa estaria no desmembramento dos diversos campos da história natural e sua vinculação aos serviços ditos técnicos que o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio mantinha³⁵.

³⁵ Não quero negar, por outro lado, que a situação do Museu Nacional fosse bem mais complexa tanto naquela conjuntura, quanto antes. Um estudo detalhado dessa instituição cuja forma de subsistência, ainda hoje, é precária em função do seu próprio anacronismo (Cf. FARIA, 1982:25 e ss) permitiria, não só a busca de um novo modelo - tantas vezes planejado - para a agência, a preservação de um acervo documental precioso, bem como de um prédio que em si é um monumento que necessita preservação e cuidados; como, por outro lado, traria à luz algumas características da formação do campo científico no Brasil, notadamente suas formas de relacionamento com o campo político, que abordagens sociológicas de larga escala com toda certeza são incapazes de atingir. Estas acabam por vezes, mais por construir do que por destruir fantasmas.

É interessante recordar³⁶ que Darcy Ribeiro faria, posteriormente, colocações bastante semelhantes às de Miranda Ribeiro no que se refere à desvinculação das agências - para o primeiro, do SPI; para o segundo do Museu Nacional - dos interesses partidários, invocando "Rondon" (para se tomar a fórmula do mito) ou sua descendência, simultaneamente como símbolo dessa capacidade de transformar o espaço indigenista em aparelho, e como ator (atores, no caso dos herdeiros do capital rondoniano) capaz de implementá-la, *Não se trata pois de um deslocamento do papel do Estado, mas de disputas entre posições políticas diferentes*. O fato é que esse símbolo ("Rondon"), por ambos invocado foi, em parte, construído pelo próprio Museu Nacional, como já se disse anteriormente.

As relações se intensificariam. A quatro de janeiro de 1911, a Congregação do Museu Nacional reuniu-se a pedido de Edgard Roquette-Pintor Hildebrando Teixeira Mendes e Hermillo Bourguy de Mendonça, para leitura de uma mensagem ao Tenente Nicolau Bueno Horta Barbosa e ao Aspirante Tito de Barros, flechados por índios Nambikuára quando em trabalhos da Comissão Rondon, felicitando-os pelo seu restabelecimento (BRASIL. MUSEU NACIONAL, *Registro das Atas da Congregação*, 1904-1911, fl 154). Na sessão seguinte (413ª, op. cit, fl, 155 e ss) Alípio de Miranda Ribeiro, ausente na reunião precedente, proporia a inclusão do nome do Dr. Santos, médico da Comissão, também flechado, fato desconhecido pela Congregação. A mensagem seria remetida a Cândido Rondon, como chefe da Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas.

As benesses não seriam menores: na sessão subsequente (414ª, 14 de fevereiro de 1911. BRASIL. MUSEU NACIONAL. *Registro das Atas da Congregação ...* fl. 159 e ss), Roquette-Pinto comunicaria à congregação que " ... teve ocasião de receber do Coronel Rondon, um convite para se fazer representar junto à sua Comissão, a fim de estudar os índios do Estado de Matto Grosso, especialmente os Nhambiquaras".

Seria dessa viagem, realizada pelo próprio Roquette-Pinto, que surgiria *Rondônia*, cuja primeira publicação se deu pelos *Archivos do Museu Nacional*.

Não seria, pois, à toa que, em 1915, encontra-se o seguinte registro:

"O Sr. Presidente [professor Bruno Lobo - A.C. S.L] diz que, de acordo com vários professores do Museu, consulta a

³⁶ Cf. LIMA., 1985: capítulo 2, item 2.3.

Congregação sobre a necessidade de se prestar uma homenagem ao notável brasileiro Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, estabelecendo uma série de conferências científicas sobre o material com que o chefe da Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas dotou o Museu Nacional" (443ª Sessão da Congregação do Museu Nacional. BRASIL. MUSEU NACIONAL, *Registro das Atas da Congregação*, (1911-1938), p. 43 (2))

A partir disso seria organizado um levantamento de todo o material recebido pelo Museu Nacional, da Comissão Rondon (444ª Sessão, BRASIL. MUSEU NACIONAL. *Atas da Congregação...*, (1911-1938), p. 45 (2). As conferências foram realizadas por Edgard Roquette-Pinto, Alberto José de Sampaio e Alípio de Miranda Ribeiro, em 1916, das quais só as do último seriam posteriormente publicadas pela própria Comissão Rondon (RIBEIRO, 1916).

Assim, na década de 1920, seria conferido o título de membro honorário do Museu Nacional ao, já então, General Rondon (465ª Sessão, a seis de maio de 1921. BRASIL. MUSEU NACIONAL. *Atas da Congregação...*, fl. 92-93). No ano subsequente, ainda não se realizara a entrega do título já que se lê que

"... lembra o Professor Bruno Lobo a realização de uma sessão solene, a três de maio próximo, em que fosse entregue ao General Rondon o título de membro honorário do Museu Nacional, conferido nesta sessão e inaugurado o seu retrato a óleo na nossa Galeria, o que é aprovado" (466ª Sessão da Congregação do Museu Nacional, 19 de abril de 1922. BRASIL. MUSEU NACIONAL. *Atas da Congregação...*, fls. 93-95).

A entrega seria adiada em função de imprevistos da parte do General Cândido Rondon, mas seria posteriormente realizada (468ª Sessão da Congregação, nove de junho de 1922. BRASIL. MUSEU NACIONAL. *Atas da Congregação ...* (1911-1938), fls. 96-97).

Por outro lado, uma hipótese que um trabalho mais detalhado sobre a instituição poderia comprovar é que o material doado pela Comissão Rondon possibilitaria a realização de permutas de objetos com diversas outras agências do campo científico

como o atestam diversos documentos e listas de material encontrados nos arquivos do Museu Nacional³⁷

Não seria, assim, preocupação do Museu Nacional falar acerca dos destinos dos povos indígenas do Brasil, papel devido ao MAIC, através do SPILTN. Não há, portanto, um projeto para os índios do Brasil, mas o endosso e o apoio do plano oficial, consoante sua posição.

Seria importante, pois, situar o Museu Nacional dentro do quadro mais vasto do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, e daquela que seria a matriz (e implementadora) da criação do MAIC, isto é, a Sociedade Nacional de Agricultura.

III - DE ÍNDIO A "TRABALHADOR NACIONAL": OS OBJETIVOS "AGRÁRIOS DA PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA INDÚSTRIA E COMMERCIO

A SNA³⁸ foi criada em 1897 e teria sido fruto de um movimento iniciado sobretudo após a abolição do trabalho escravo, cujo objetivo seria, de acordo com as

³⁷ "Relação do material entregue ao Professor Dr. Bruno Lobo, Director do Museu Nacional com destino ao Museu de La Plata. Artefactos dos índios da Serra do Norte (Nambikuaras) - Colleção Rondon - Excursão Roquette-Pinto - Mato Grosso - 1912". MUSEU NACIONAL, quatro de setembro de 1916.

"Oferecimento do Museu Nacional de peças da série 'comissão Rondon', índios Nambíkuara, ao Museu Paulista", 1918.

"Oferecimento do Museu Nacional ao Museu Göeldi de peças (duplicatas) da série oferecida pela Comissão Rondon", MUSEU NACIONAL, 20 de março de 1918.

"Relação do material componente da colleção nº 1 entregue ao Dr. Bruno Lobo, para permuta com os museus europeus". MUSEU NACIONAL, 16 de agosto de 1918. Dentre as peças algumas pertencem ao material da Comissão Rondon.

"Relação dos artefactos entregues a D. Bertha Lutz, com destino à América do Norte, conforme ordem do Snr. Director. MUSEU NACIONAL, 23 de março de 1922.

"Relação dos objectos enviados em permuta ao Museu Ethnographico de Buenos Ayres, por ordem do Snr. Director". MUSEU NACIONAL, 16 de setembro de 1922.

Em ambas as listas existem peças Nambikuara da Coleção Rondon.

³⁸ Poucas foram as informações obtidas sobre a Sociedade Nacional de Agricultura, bem como sobre o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, ambos até hoje, que se tenha sabido, não estudados. A quase totalidade da documentação das duas agências, que estiveram vinculadas durante o período da chamada Primeira República, incendiou-se. Os dados aqui apresentados foram extraídos, na sua maioria, de *A Lavourea*, o periódico da Sociedade, até hoje em publicação; de POLIANO, 1945 e dos Relatórios do MAIC. Claro está que uma pesquisa mais detalhada sobre tais instituições fatalmente traria outros dados à luz.

representações veiculadas pela própria Sociedade, tentar suprir a falta de um Ministério da Agricultura, já que a República extinguiu o aparelho assim denominado do Estado Imperial.

"Há quarenta e oito anos um pugilo de abnegados brasileiros fundava, nesta Capital, a Sociedade Nacional de Agricultura. Aparecia ela como um remédio, um sucedâneo ao Ministério da Agricultura que existiu no tempo do Império, extinto na República. A desorganização da produção era tão alarmante e efeito inevitável da abolição do braço escravo, esteio da vida econômica brasileira. Não bastavam os 'Comícios Agrícolas', na sua ação evangelizadora, indicando o rumo ao campo, que o trabalho escravo tornara aviltante. Era preciso reunir forças, interessar a todos e agir, trabalhar muito.

Surgiu a Sociedade com aqueles mesmos que através dos Comícios já haviam realizado a Exposição de Agricultura de 1892, centralizando e estimulando o movimento do 'retorno à terra', de ativamento das nossas faculdades agropecuárias, e reunindo em seu seio, como associação nacional de agricultores e de amigos da lavoura, os elementos mais representativos não só da classe, como das elites - o pensamento e a administração brasileiras" (POLIANO,1945: 2 4 - 2 5)

A atuação da Sociedade definir-se-ia, então, como eminentemente "pedagógica": tratava-se de inculcar os princípios de um novo *modus operandi*, que se baseava na idéia de *progresso tecnológico para o campo*, de acordo com a disseminação do cientificismo como um valor em si, consoante com a penetração das idéias positivistas³⁹.

Não seria, pois, de estranhar que a SNA, inspirada em sua homônima francesa, fosse criada sob a presidência de Antonio Ennes de Souza, "... republicano extremado, abolicionista, filantropo, engenheiro ilustre. Diretor por várias vezes da Casa da Moeda

³⁹ Sobre a noção de progresso e como era utilizada na ideologia da época, sobretudo aquela produzida em torno do MAIC, ver MENDONÇA, 1986 (b).

e professor Catedrático da Escola Politécnica do Rio de Janeiro" (POLIANO, 1945:26), e que suas primeiras reuniões fossem realizadas na mesma Escola Politécnica.

Segundo Poliano, em um ano de existência (1897-1898) "a Sociedade realiza 44 conferências públicas, quatro sessões de congressos agrícolas e duas sessões solenes no Salão Nobre da Escola Politécnica" (POLIANO, 1945:27)⁴⁰

É interessante ressaltar que Domingos Sérgio de Carvalho que, como se viu acima, achava-se vinculado ao Museu Nacional e, posteriormente, ao Ministério da Agricultura quando da instituição do SPILT, era membro da Sociedade desde a sua fundação tendo sido componente da primeira diretoria, com Ennes de Souza, e seria segundo secretário da diretoria composta por Moura Brazil para a Sociedade Nacional de Agricultura.

O fato é que a SNA apresentava alguns sinais evidentes de reconhecimento e suporte oficial: de 1899 em diante *A Lavoura*, periódico da instituição, passaria a ser impresso pela Imprensa Nacional, por concessão do Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Sebastião Lacerda e, em fins desse mesmo ano, contaria com mais de seiscentos sócios.

Em 1901 a Sociedade fez-se representar, por intermédio de Sérgio de Carvalho no 1º Congresso Nacional de Agricultura e à anexa Exposição de Produtos Agrícolas. Seria nesse evento que, de acordo com a representação veiculada pela agência, teria sido proposta a criação do MAIC:

“(...) Deve-lhe a Nação quase todas as iniciativas tendentes ao incremento e melhoramento da produção rural, hoje amparada pela ação profícua do Ministério da Agricultura - outra vitoriosa iniciativa da Velha Casa de Ennes de Souza.

Só iniciativa, não. Trabalho continuado, perseverante e elevado, pois cinco anos seriam necessários para que a idéia, lançada no 1º Congresso Nacional de Agricultura de 1901, se consubstanciasse em lei relatada no Congresso pelo 'agrário dos

⁴⁰ Tal "produtividade" não significava, porém, a inexistência de atritos: segundo Poliano, de 1897 a 1900 existiriam duas Sociedades, fruto das cisões internas, uma intitulada Sociedade Nacional de Agricultura, sob a presidência de José Cardoso de Moura Brazil, reunindo-se no prédio da Repartição de Estatística; a outra, sob a presidência de Ennes de Souza, continuaria se reunindo na Politécnica, adotando o nome de Sociedade Brasileira de Agricultura. Em 1900 elas se reuniram sob o nome da primeira.

agrários', o deputado baiano Ignacio Tosta" (POLIANO, 1945 : 25)

Tosta seria eleito, em 1905, presidente honorário da Sociedade a qual publicaria, sob a forma de folheto, o parecer do parlamentar sobre a implementação do MAIC.

Nos primeiros números do ano de 1906 de *A Lavoura* (ano X, n°s 1 e 2, jan-fev. 1906), seria publicado um discurso de Tosta, com intervenções de diversos outros parlamentares, acerca da S.N.A, pronunciado em 29 de dezembro de 1905. O discurso gira em torno da defesa que faz o deputado, na qualidade de relator do Orçamento da Indústria, Viação e Obras Públicas, da verba consignada sob a rubrica Auxílios à Agricultura, "... de 480:000\$, não para a Sociedade Nacional de Agricultura, mas para os serviços a seu cargo..." (TOSTA,1906: 19).

A Sociedade era, pois, subvencionada pelo Estado, tendo um estatuto comparável ao de uma repartição pública, atuando, como já se disse, no que se chamava à época de "propaganda agrícola".

As críticas à S.N.A. emergentes no texto de Tosta referiam-se ao suposto desvio de verbas e corrupção das administrações da Sociedade, acusação feita por Barata Ribeiro, senador pelo Distrito Federal e veementemente refutada pelo autor. Mas não eram as únicas: acusava-se, também, a Sociedade de cobrar os serviços de distribuição de sementes que deveriam ser gratuitos, ao que Tosta diz que tais despesas existiam apenas para sementes e mantas nacionais e não para as estrangeiras o que se explicava pela preocupação de melhorar a lavoura através da seleção de sementes. Sobretudo, se criticava o caráter "pouco prático" dos membros - e das propostas da Sociedade:

"O SR. TOSTA – (...)

Também o ilustre Deputado por Minas [Pandiá Calógeras] ponderou em seu discurso que os diretores da Sociedade são teóricos e nós precisamos de ensinar-lhes.

O SR. TOSTA - Penso que, ao contrário, os congressos agrícolas numerosos, aparatosos, com festas, com a concorrência de todos os especialistas, os intelectuais e os agricultores em geral são necessários e benéficos à transformação da nossa lavoura. É mister

agitar a opinião nacional, dar vida e movimento ao organismo depauperado e apático da lavoura; e, sem dúvida alguma, as discussões que se travam nos congressos agrícolas, que se prolongam até fora das sessões, os telegramas que são transmitidos para todos os Estados, as apreciações da imprensa, os comentários feitos em conversas particulares e a publicidade, em suma, de todas as ocorrências havidas, contribuem muito para levantar o espírito da classe" (TOSTA, 1906:26-7).

O que o texto citado sugere é que os componentes da diretoria da S.N.A não eram agricultores e sim técnicos, formados nos centros urbanos com padrões de atuação pouco adequados à ação no meio rural. Isto fica referendado pela leitura de Poliano e de A Lavoura, que mostram como seus dirigentes (na sua maioria engenheiros) pouca ligação tinham com os proprietários de terra enquanto classe. Assim, poder-se-ia entender a atuação da Sociedade como representando certos grupos urbanos voltados para a questão agrária, ou melhor, para a formulação de um projeto econômico para a nação ("especialistas, intelectuais", mais que agricultores) enquanto associação de cunho político, abrindo-lhes um canal de participação na "República dos Fazendeiros", sob o signo mesmo da modernização agrária⁴¹.

Tratava-se do discurso da "diversificação agrícola" que, longe de querer banir a "monocultura cafeeira" pretendia implantar uma pluralidade de outras atividades que permitisse a auto-suficiência agrícola do Brasil. Essa era a própria "bandeira" do governo Nilo Peçanha⁴² durante o qual o Ministério seria implementado, o SPILTN instituído e o Museu Nacional "reabilitado".

Não se deve minimizar, com isso, a possível amplitude dessa forma de atuação da S.N.A.. Afinal a tiragem de 5.000 exemplares para um periódico como *A Lavoura*, no ano de 1898, pode ser considerada elevada. A moção da S.N.A, traria, pois, as

⁴¹ No mesmo sentido, Cf. REIS, 1979:175. Segundo informações pessoais da Prof^a Sonia Regina de Mendonça o quadro é, de fato, mais complexo, Mesclar-se-iam na S.N.A. tanto atores oriundos das classes médias urbanas quanto provenientes de dissidências das oligarquias dominantes, ou de oligarquias dominadas, isto é, frações dominadas das classes dominantes.

⁴² Cf. MENDONÇA, 1977.

marcas da agência, que em 1906 já publicara o decreto de criação do MAIC, instituição a qual se vincularia o SPILTN:

"A Sociedade Nacional de Agricultura, ante o choque das opiniões que sentem dado acerca do modo de vencer a resistência dos silvícolas do interior do país, a penetração do trabalho nacional nas regiões que habitam, e ante a originalidade de algumas dessas opiniões, confia no critério do Governo da nação relativamente ao modo de organizar e orientar os serviços de incorporação dessas tribos à civilização nacional, estabelecendo, por um lado, colônias agrícolas e fomentando a instrução e educação cívica daqueles dentre eles que forem vencidos pelo carinho e pela bondade dos representantes do Estado, e cuja solicitude e paciência se mantenha impecável, sobre o sério serviço de fiscalização e, por outro lado, estabelecendo de modo criterioso e humano de garantir a vida dos funcionários encarregados desta missão civilizadora, excluindo o espírito de represália e de vingança que tem esterilizado tão útil propaganda" (S.N.A., 1908).

Poder-se-ia resumi-la em alguns pontos: pacificação, civilização" sob o signo do trabalho agrícola e da educação cívica, e proteção.

A S.N.A. seria, pois, uma das agências vinculadas à posição da "proteção fraternal", institucionalizada no SPILTN (Cf. LIMA, 1987).

A discussão de Tosta e Calógeras, citada acima, acabaria por desembocar na questão da constituição ou não de um " ministério técnico da agricultura", cuja desfeita era feita pelo primeiro, enquanto o segundo propunha uma reforma do MIVOP, sob a justificativa de não onerar os cofres públicos.

Com a efetiva criação do MAIC em 1906, pelo decreto nº 1606, de 29 de dezembro, muitos dos serviços referidos como da S.N.A. passariam à sua jurisdição. A própria Sociedade de certa forma, passaria a ser um apêndice do MAIC, conquanto preservando sua autonomia.

Inexistem interpretações históricas ou sociológicas quanto à implementação do MAIC a qual em termos práticos, só se daria em 1909.

Ao que um breve "survey" das fontes existentes pode mostrar o Ministério da Agricultura foi criado, realmente, dentro desse espírito de "ministério técnico" a que se referia a Sociedade Nacional de Agricultura⁴³

A agência foi organizada a partir de repartições constantes de outros ministérios, principalmente do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas (MIVOP) que perdeu a parte referente à indústria. Nessa redefinição o Museu Nacional passaria ao MAIC.

Não se deve depreender da gama de atividades expressa no decreto, e que consta dos Relatórios do MAIC, uma ampla participação da agência na cena política governamental.

De acordo com os dados de REIS (1979:227-28), só o Ministério das Relações Exteriores recebia uma parcela menor que a do Ministério da Agricultura na verba do orçamento da União, ficando os ministérios da Fazenda e da Viação e Obras Públicas, alternadamente, com a maior parte dos fundos públicos. O primeiro tinha no serviço da dívida pública a parcela mais significativa dos seus gastos, e o segundo concentrava a maior parte de seu desembolso na expansão ferroviária.

Tal parece indicar que, a despeito de toda a retórica acerca da implementação de uma diversificação agrícola, de melhorias técnicas da agricultura e, sobretudo, de uma concentração de poderes nas mãos do Estado expressa na multiplicidade de serviços que eram oferecidos pelo MAIC, muito pouco teria sido em realidade, concretizado.

Por outro lado, Reis⁴⁴ defende e procura comprovar que, ao longo da Primeira República, ter-se-ia verificado um expressivo crescimento do poder público o qual, gradualmente, se diferenciaria do poder das elites agrárias. Se isto não consubstanciava, ainda, o que a autora chamou de "modernização autoritária" (REIS, 1979:23), sua gestação se iniciava.

Desta ótica, Reis procura questionar a visão canônica que coloca a Revolução de 1930 como uma descontinuidade radical:

“... Not only had a process of power concentration already begun before 1930 revolution, but some authoritarian

⁴³ Cf. MENDONÇA, 1986(a) e *A Lavoura*, 1906:340-41 para as atribuições do MAIC.

⁴⁴ Parte dessas interpretações acham-se em LEITE & LIMA, 1985 e devem ser creditadas também a Jurandyr Leite. Agradeço da mesma forma a Sonia Regina de Mendonça as inúmeras sugestões referentes ao MAIC, seu objeto de pesquisa.

features were already imprinted on the State thus, creating the opening for the political path consolidated under Vargas” (REIS, 1979:221).

Como explicar, então, a conjunção entre crescimento do poder público, grande oferta de serviços - a julgar pelo discurso - e pequena alocação de verbas?

Penso que uma hipótese possível de ser levantada e que se suporta enquanto suposição, pelos dados acima fornecidos, é a de que *o MAIC foi implementado por atores sociais vinculados a um projeto autoritário de construção da nação o qual, naquele momento, participava do campo político enquanto posição dominada*. Uma análise de tal espaço no período poderia comprová-lo.

De qualquer forma, as tarefas a que a agência estava destinada visavam o controle estatal sobre a produção agrícola, reservando-lhe um papel fundamental - se fosse possível atingi-lo - ao centralizar em um único ministério tarefas até então dispersas em diversos outros aparelhos de Estado.

Poder-se-ia, ainda, destacar que o Ministério da Agricultura deveria ser o "local" de onde o Estado viesse a gerir a expansão da fronteira agrícola, mesmo que tal fosse inviável (na medida do caráter subordinado da posição "positivista"), e cujo principal instrumento seria o discurso técnico.

A introdução do Relatório do MAIC, de 1910, assinada por Rodolpho Miranda, fornece um quadro que parece corroborar tal proposta interpretativa.

Fazendo uma retrospectiva da atuação dos presidentes anteriores, Miranda procura apontar que as administrações republicanas teriam procedido paulatinamente a uma reestruturação dos "aparelhos sociais", cujo efeito natural, apesar do desejo em contrário, fora a desestruturação de alguns em função da organização de outros. Assim, as primeiras administrações teriam solidificado o Executivo ("a respeitabilidade do poder garantidor da ordem pública"); procurado restabelecer o crédito e estabelecer um afluxo de capitais estrangeiros indispensável à viabilização da produção (leia-se da cafeicultura) ou do consumo dela., e que tais medidas deveriam preceder, necessariamente às

"de caráter interno, como a reorganização militar e o desenvolvimento da viação férrea.

Assim, as sucessivas administrações da república, em sua diretriz predominante, revelam um encadeamento lógico; e se a vossa alta missão foi realizar plenamente o pensamento particular a cada uma delas, na forma já exposta, não poderíeis mais fielmente traduzir a tendência final, comum a todas, do que fizestes com a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Investido nas responsabilidades de tão árdua pasta, entendi de começar o desenvolvimento do problema econômico, reformando-o em seu ponto de partida histórico. *O rasgar das selvas as mais distantes à penetração telegráfica e ferroviária de novo punha agora o aborígene em face da civilização e de seus maiores interesses.*

A construção desses serviços e a vida dos que os tivessem a seu cargo bastaria a impor uma solução ao tradicional litígio sobre os destinos dos esparsos restos da primitiva raça povoadora do solo nacional.

Voltava à tona o velho e fatal dilema - extermínio ou catequese.

A primeira das pontas dele repeliam-na os meus instintos de civilizado e a minha consciência de brasileiro e Republicano; e tanto esta como aqueles me impeliam a pegar a outra.

Tolhido pelos princípios constitucionais de cogitar, sequer, de promover, dirigir ou patrocinar um movimento de catequese religiosa, outro caminho não me deparava senão o que tomei, organizando o serviço de catequese leiga.

Afigurou-se-me vir ela bem a propósito, no momento em que o trabalho de permeabilização de nosso território, no sentido de favorecer mais ampla incorporação de massa alienígena aos elementos da população indígena, como se arguía da necessidade de fortalecer esta algum tanto no sangue, e muito mais ainda, no sentimento de sua origem étnica.

Convencido de que o alargamento da corrente imigratória exigia que nos preparássemos a atuar sobre ela como força

assimiladora em vez de lhe sofrermos a influência como um elemento assimilável, foi também que me compenetrei do *dever de prender com a catequese dos silvícolas o serviço de localização dos trabalhadores nacionais, a quem, aliás, sempre me pareceu absurdo se criasse uma posição de inferioridade legal, na concorrência com os trabalhadores de procedência estrangeira*" (MIRANDA In: Brasil. Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio. *Relatório do MAIC*, 1910:XIX-XXI. Grifos meus).

A citação acima resume os principais temas referentes ao projeto "positivista" (REIS, 1983) de construção da nacionalidade, no qual o MAIC deveria ter o papel de representante do Estado que se via, desde a instauração da República, separado da Igreja.

Tratava-se de expandir as fronteiras da nação⁴⁵ tanto ao nível geográfico e econômico concreto, com a penetração e ocupação do interior, demarcando limites, estabelecendo postos de fronteira; quanto ao nível simbólico, em termos de sua constituição "racial", com a qual se procurava, através da incorporação "pedagógica" dos povos indígenas capazes de, assimilados e unidos aos "trabalhadores nacionais", fazer frente à imigração estrangeira, passível de introduzir uma heterogeneidade perigosa a essa nação percebida como indivíduo coletivo tutelado por um Estado autoritário (REIS, 1983). Neste sentido é importante reter quem são os "trabalhadores nacionais" que compõem a sigla do SPILTN. Como o diria Manuel Miranda, um dos porta-vozes do "grupo rondoniano" e subdiretor da agência desde 1910.

“os erros do passado, de que é expoente máximo - o trabalho escravo - tornaram inseguros todos os cálculos acerca do desenvolvimento da vida econômica da nação, sob este aspecto, pode se dizer que o Império foi a escravidão (...).

(...)

É relembrando este quadro de miséria que sinto agora o valor da obra que incumbe realizar com a localização de trabalhadores nacionais.

⁴⁵ Devo a expressão a Jurandyr Carvalho Ferrari Leite que a cunhou como título para LEITE & LIMA, 1985.

Estes são, estou convencido, os descendentes dos mártires da escravidão africana e da espoliação indígena, agora, em parte argamassados com os herdeiros dos usurpadores” (MIRANDA, 1911:274-275. Os grifes são meus)⁴⁶

Se dentro dessa mítica das três raças subjacente ao discurso o "componente branco" é tomado como superior e, logo, identificado aos quadros dirigentes do Estado, pode-se perceber, de um outro ângulo, o xenofobismo da posição "positivista" como estratégia política de concentração do poder.

Por outro lado as ordens religiosas continuariam a ser subsidiadas em sua atividade missionária, enquanto no discurso de Rodolpho Miranda, representativo do MAIC e da posição da "proteção fraternal", afirmava-se a inconstitucionalidade da utilização regular do missionário enquanto agente indigenista direto. Penso que tal deve ser entendido à luz da problemática política da construção da nação: separados Estado e Igreja, a função de reprodução cultural anteriormente assegurada pela segunda, passava a ser um atributo do primeiro, cuja implementação demandava a constituição de agências específicas e a assunção de um discurso próprio, separado do eclesiástico o cujo, enquanto pretendente a esta função (e só aí) com ele rivalizava. Ser "brasileiro" e ser "católico" não mais se identificavam: pretendendo-se produzir o primeiro, a atividade missionária, destinada à produção do segundo, tornava-se-lhe concorrencial. Sua manutenção se explicava pela posição dominada que o discurso indigenista tinha no campo político. A problemática política - e a participação do político tangia-se, pois, à construção da nação, e aos temas que lhe eram correlatos: imigração, colonização, fronteiras, constituição racial, etc.. Era nessa medida que se colocava a discussão indigenista ao político, o qual procurava conceber para os povos indígenas um lugar na nação, e era nessa medida que procurava o intelectual. No caso específico o "lugar" do índio implicava torná-lo um ser economicamente produtivo, inserindo-o como parte do universo agrário brasileiro (Cf. LEITE & LIMA, 1986; LIMA, 1987). Para tanto era necessário proceder cientificamente.

⁴⁶ Sobre a categoria "trabalhadores nacionais" ver SANTOS & MENDONÇA, 1985:

IV - QUESTÕES FINAIS

A partir do exposto não é difícil reler a disputa entre Museu Paulista e Museu Nacional como fruto da concorrência entre pares intelectuais, que naquele momento não se distinguiam radicalmente de concorrentes políticos: fraca era a autonomia do campo intelectual frente ao político.

Não se trata de "resgatar" von Ihering, mas de perceber que a polêmica interessava aos outros participantes, sobretudo, a seus pares: situado num museu em instalação mas contando claramente com o apoio da elite política local, detentor de um capital científico superior aos dos demais participantes no "debate", Ihering estava em condições de fornecer os argumentos científicos a um projeto político para os índios no Brasil. Isto só ampliaria seu espaço enquanto intelectual. Vale lembrar que o estado de São Paulo aliava o poderio econômico ao político e ainda abrigava dentro de seus limites geográficos uma região que poderia ser descrita como de fronteira. No caso, a "fronteira paulista" não era composta por pequenos colonos estrangeiros tão somente, mas refletia já a concentração de capitais nas mãos de uma elite.

Mais ainda, e preciso lembrar, como aponta CASTRO FARIA (1982), que o texto de 1908 é produzido para uma *exposição mundial*⁴⁷, grandes feiras do mundo capitalista de então, na qual teria não apenas a função de representar a produção intelectual brasileira, mas também de representar o Brasil para o potencial investidor estrangeiro. Junte-se a isto o peso que o discurso científico detinha na ideologia da época enquanto veiculador da verdade e guia dos procedimentos políticos.

O anátema era, portanto, instrumento de uma disputa não apenas entre projetos intelectuais divergentes, mas expressava também as posições diferenciais no campo político.

É preciso suplantar o mito para poder se interrogar acerca das vinculações políticas entre o intelectual e o poder: se von Ihering passava como o estrangeiro, o iniludível vilão anti-indígena, o ogro da "nacionalidade brasileira", ficam encobertos seus vínculos com o governo paulista. Da mesma forma, o Museu Nacional passa tão somente como a academia impoluta, a sinecura distante, imagem bastante conveniente para quem entretinha uma relação tão próxima ao poder de Estado.

⁴⁷ Cf. PLUM, 1979.

Creio que os dados expostos acima colocam elementos importantes para uma discussão que ainda hoje está por ser feita no Brasil: como *socialmente* se constrói o conhecimento do antropólogo sobre os povos indígenas? Quais os vínculos possíveis entre o intelectual e o poder nesta construção? Quais as posições possíveis a partir de tais vínculos, e as tomadas de posição que determinam? O não-engajamento (ou o engajamento apenas nas esferas acadêmicas) do intelectual nas lutas políticas referentes aos índios seria garantia de neutralidade (e validação de certas temáticas)? Por outro lado, o engajamento indica uma reflexão científica profunda acerca dos objetos de intervenção política?

Se hoje é muito evidente propor uma crítica intelectual e política ao *coleccionismo*, tal evidência não recoloca o problema, pois os museus se distinguem de outras agências de produção intelectual dentre outras coisas, exatamente por serem também *agências de conservação cultural*, por abrigarem acervos de cultura material. É fundamental para que se esclareça a história da produção intelectual no Brasil a realização de estudos de caráter sociológico sobre a constituição desses acervos⁴⁸: esta é também a história das relações sociais que tornaram estas instituições possíveis, bem como possível o saber que produziram.

Não basta denunciar o *coleccionismo* ou simplesmente se abstrair de suas implicações políticas e praticá-lo. Não basta tampouco tomar os estudos de cultura material enquanto secundários dentro da hierarquia de objetos científicos legítimos e deixá-los de lado. Penso que se são secundários para a Antropologia Social no Brasil de hoje, talvez não o sejam para os próprios índios. Nada melhor do que o evento de "machadinha Krahó" para colocar às claras o emaranhado de relações subjacentes e ideologias em jogo, além de apontar para uma possível questão futura, na medida da ruptura do porta-vozismo característico da prática indigenista. A situação em si mereceria um estudo cuidadoso.

É ainda fundamental não esquecer que um Museu tem, como CASTRO FARIA aponta (1982), uma dimensão de espetáculo para o grande público, agindo como vulgarizador da produção científica, logo como fonte para a geração de representações e formulação de ideologias, papel pouco estudado e pouco conhecido no caso brasileiro e sobre o qual MAUSS (1970) nos chama a atenção: os museus sendo um dos "espelhos" de uma nação guardam sem dúvida algumas das chaves dos mecanismos de reprodução

⁴⁸ Cf. SOARES, 1981.

social em sociedades organizadas sob a forma de Estado-Nação. Desvendar tais relações é desvendar também a história de discursos e práticas aparentemente distanciadas da produção erudita, mas que reencontram nela suas matrizes de significação, ou que com ela entretêm vínculos fundamentais.

O estudo dos museus de história natural, em particular dos *museus nacionais*, constitui-se, assim, em objeto privilegiado para o pesquisador da história das Ciências – em especial da Antropologia – que não deve temer se afastar dos ditames que a tradição (este objeto sempre tão recente porque eternamente reescrito à luz do momento presente) lhe impõe e percorrer caminhos pouco explorados, algo nebulosos, conducentes antes que aos reinos do saber àqueles do poder. É sempre bom lembrar que uma pesquisa do gênero talvez seja a condição primeira de nos assenhorearmos dos nossos instrumentos mais elementares de trabalho, de nossas posturas mais ingênuas, condição – para tomarmos as idéias de BORDIEU (1980) – de não sermos herdados por nossa própria herança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARMAS, Margarita Nolasco, 1981 - "A antropologia aplicada no México e seu destino final: o indigenismo". In: JUNQUEIRA, Carmen & CARVALHO, Edgard de Assis, org. *Antropologia e Indigenismo na América Latina*. São Paulo, Cortez Edit., p. 67-85.
- BALDUS, Herbert, 1958 - "Em memória. Cândido Mariano da Silva Rondon". *Revista do Museu Paulista*, X:283-294, 1958.
- _____, 1962 - "Métodos e resultados da ação indigenista no Brasil", In: *Revista de Antropologia* (São Paulo), nº 10, pp. 24-42.
- BÖEHRER, Georges, 1960 - "Some Brazilian proposals to the Cortes Gerais, 1821-1823, on the Indian problem". In: *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*. Lisboa, v. 2, pp. 201-209.

- BOURDIEU, Pierre, 1974 - "O mercado de bens simbólicos". In: *A economia das trocas simbólicas*. Introdução, organização e seleção de Sergio Miceli, São Paulo, Ed. Perspectiva, p. 99-181.
- _____, 1980 "Le mort saisit le vif. Les relations entre l'histoire réifiée et l'histoire incorporée". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, Minuit, n° 32/33, avr/juin, 3-14.
- _____, 1983 - *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores/Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Museu Nacional. 1904-1911 - *Registro das Actas das Sessões da Congregação (1904-1911)*. Manuscrito,
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Museu Nacional. Congregação do..., 1908 "Protesto formulado pela Congregação do Museu Nacional contra a idéia de extermínio dos indígenas brasileiros". *Archivos do Museu Nacional*, XV.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1910 – *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, Radolpho Nogueira da Rocha Miranda, no ano de 1910*. Rio de Janeiro, Of. da Diretoria Geral de Estatística, 2 vv.
- CANO, Wilson, 1983 – “Desequilíbrios regionais no desenvolvimento econômico brasileiro: alguns pontos controversos. In BELLUZO, Luiz G. e COUTINHO, Renata, org. *A economia brasileira em questão*. São Paulo, Brasiliense, v.2.
- FARIA, Luiz de Castro, 1951 - "Lacerda e a pesquisa antropológica no Brasil. In: "João Baptista de Lacerda - comemoração do centenário de Nascimento", *Publicações Avulsas*, Rio de Janeiro, Museu Nacional, n° 6.
- _____, 1982 - "Museu Nacional - O espetáculo e a excelência"; Rio de Janeiro, Museu Nacional, (datilog.)
- _____, 1984 - "A Antropologia no Brasil. Depoimento sem compromissos de um militante em recesso". In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de, dir. *Anuário*

Antropológico 182. Fortaleza/Rio de Janeiro, Edições UFC/Tempo Brasileiro, pp. 228-250.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha, 1986 - "Indigenismo e antropologia: o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI). 1939-1967". Trabalho apresentado ao curso de *História das Idéias Etnológicas*, ministrado pelo Prof^o. Luiz de Castro Faria, no primeiro semestre de 1986. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional.

_____, 1987 - "Saudades do Brasil ou As lutas pela criação do Pq. Ind. do Xingu". Trabalho apresentado ao curso *Problemas de Análise Etnológica* (2^o sem./86), ministrado pelos Professores Patrick Menget e Eduardo B. Viveiros de Castro, Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional.

IHERING, Hermann von, 1895 - "História do monumento do Ypiranga e do Museu Paulista". *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Diário Oficial, I, pp. 31.

_____, 1902 - "O Museu Paulista em 1899-1900". *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Diário Oficial, V.

_____, 1906 - "*A ethnologia do Brasil meridional*", pelo prof^o. Dr. Hermann von Ihering. São Paulo, Typographia do Diário Oficial.

_____, 1908(a) - "A Anthropologia do Estado de São Paulo". *Revista do Museu Paulista*, VII, 202-257.

_____, 1908(b) - "O futuro dos indígenas de São Paulo", *O Estado de São Paulo*, 28 de outubro.

_____, 1908(c) - "Os índios do Brasil meridional". *Correio Paulistano*, 29 de outubro.

_____, 1908(d) - "Extermínio dos indígenas ou dos sertanejos?" *Jornal do Commercio*, 15 de dezembro.

_____, 1911 - "A questão dos índios do Brasil". *Revista do Museu Paulista*, VIII, p. 112-140.

LACERDA, João Baptista de, 1896 - "Ao Sr. Dr. von Ihering, director do Museu Paulista". *Revista do Museu Nacional*, I pp. XIX-XXI, (Archivos do Museu Nacional; IX).

- LEAF, Murray, 1981 - *Uma história da antropologia*. Rio de Janeiro/São Paulo, Zahar/EDUSP.
- LEITE, Jurandyr Carvalho Ferrari & LIMA, Antonio Carlos de Souza, 1985 - "As Fronteiras da Nação: O Serviço de Proteção aos Índios, 1910-1930". Projeto apresentado e aprovado ao concurso de bolsas da ANPOCS/1985. Rio de Janeiro, Museu Nacional.
- _____, 1986 - "Da 'transitoriedade do índio': considerações sobre a proteção oficial ao índio durante a Primeira República". Comunicação apresentada ao GT História Indígena e do Indigenismo, na XV Reunião da ABA, Curitiba, março.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza, 1984(a) - "Catequese x Extermínio; Catequese x Proteção: um estudo do campo indigenista de 1910 a 1930". Comunicação apresentada ao GT História Indígena e do Indigenismo, VIII Encontro Anual da ANPOCS. Águas de São Pedro, outubro.
- _____, 1984(b) - "Fundação Nacional do Índio (FUNAI)". Verbete do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Forense/FGV, v. 2, p. 1410-1412.
- _____, 1985 - "Aos fetichistas, ordem e progresso: um estudo do campo indigenista no seu estado de formação". Dissertação de mestrado em Antropologia Social, Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional, 2 v.
- _____, 1987 - "Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da proteção fraternal no Brasil". In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de, org. *Sociedades Indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo, Editora da UFRJ/Marco Zero.
- LINS, Ivan, 1967 - *História do Positivismo no Brasil*. 2ª ed., São Paulo, Cia, Ed. Nacional (Col. Brasiliana:322).
- LOVE, Joseph L., 1975 - *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo, Edit. Perspectiva.
- MAUSS, Marcel, 1970 - "La Nation" In: *Obras*. Barcelona, Barral, v. 3.

- MENDONÇA, Sonia Regina de, 1977 - "A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do Estado do Rio de Janeiro", Dissertação de mestrado. Niterói, UFF/ICHF.
- _____, 1986(a) - Um projeto para o Brasil: Estado e Agricultura na Primeira República. Proposta para curso de doutorado. Niterói.
- _____, 1986(b) - "O duplo vetor da fantasia". Trabalho apresentado ao curso da Prof^a Heloisa Rodrigues sobre Psicanálise e Ciências Sociais. São Paulo, USP/FFLCH.
- MICELI, Sergio, 1977 - *Poder, Sexo e Letras na República Velha*. São Paulo, Perspectiva.
- MIRANDA, Manoel, 1911 - "Relatório da segunda sub-directoria do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais". In: BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, Dr., Pedro de Toledo, no ano de 1911*. Rio de Janeiro, Of. da Directoria Geral de Estatística, 2 vv. v. 2 (Anexos).
- PLUM, Werner, 1979 - *Exposições mundiais no século XIX: espetáculo da transformação sócio-cultural*. Bonn, Friedrich-Ebert-Stiftung.
- POIRIER, Jean, 1981 - *História da Etnologia*. São Paulo, Difel.
- POLIANO, L. Marques, 1945 - *A Sociedade Nacional de Agricultura. Resumo Histórico*. Rio de Janeiro, S.N.A., 179 p.
- OLIVEIRA F^o, João Pacheco de, 1983 - "Terras Indígenas no Brasil: uma tentativa de abordagem sociológica". *Idem*, nº 44.
- _____, 1986 - "O 'Nosso Governo': os Ticuna e os regime tutelar". Tese de Doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional.
- OLIVEIRA F.^o, João Pacheco de & LIMA, Antonio Carlos de Souza, 1983 - "Os muitos fôlegos do indigenismo". In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de, dir. *Anuário Antropológico/81*. Fortaleza/Rio de Janeiro, UFC/Tempo Brasileiro, p. 277-290.

- OLIVEIRA F^o., João Pacheco de & ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, 1985 – “Demarcação e reafirmação étnica: uma visão do antropólogo sobre o processo de criação de áreas indígenas”. *Relatório de pesquisa apresentado à FUNAI*. Brasília, março.
- REIS, Elisa Pereira, 1979 - "The agrarian roots of authoritarian modernization in Brazil, 1880-1930". Tese de doutoramento. Massachusetts, M.I.T..
- _____, 1983 - "The Nation-State as ideology: the Brazilian case". Rio de Janeiro, IUPERJ, Série *Estudos*, nº 18.
- RIBEIRO, Alípio de Miranda, 1916 - *A Comissão Rondon e o Museu Nacional*. Rio de Janeiro, Luiz Macedo & C.. (Comissão de Linhas Telegraphicas Estrategicas de Matto Grosso ao Amazonas; Publicação 49).
- RIBEIRO, Darcy, 1962 - *A política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola/Ministério da Agricultura.
- _____, 1979 - "Edilson Martins entrevista Darcy Ribeiro", *Encontros com a Civilização Brasileira*.
- SANTOS, Ana Maria dos & MENDONÇA, Sonia Regina de, 1985 - "Representações sobre o trabalho livre na crise do escravismo fluminense, 1870-1903". Comunicação apresentada ao congresso da ANPUH.
- SEYFERTH, Giralda, 1985 - "A Antropologia e a teoria do branqueamento da raça no Brasil: A tese de João Batista de Lacerda. *Revista do Museu Paulista*, N. S., XXX:81-98.
- SKIDMORE, Thomas E., 1976 - *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, (Estudos Brasileiros; v. 9).
- SOARES, Mariza de Carvalho, 1980 - "As coleções etnográficas do Museu Nacional da Região dos Rios Solimões-Japurá". Rio de Janeiro, Museu Nacional, (datilog.)
- SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, 1908 - (Moção). *Jornal do Commercio*, 17 de dezembro.

- STAUFFER, David Hall, 1955 - "The origin and establishment of Brazil's Indian Service, 1889-1910". Tese de doutorado. Austin, University of Texas at Austin.
- _____, 1959 - "Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios". Separata da *Revista de História*, 37:37-95.
- _____, 1960(a) - 42:435-453.
- _____, 1960(b) - 43:165-183.
- _____, 1960(c) - 44:427-450.
- _____, 1961 - 46:43-433.
- THOMAS, Louis-Vincent, 1981 - "A etnologia, mistificações e desmitificações". In: CHATELET, François, dir. *História da filosofia, idéias, doutrinas*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar. 8 v. v. 7. (A Filosofia das Ciências Sociais. De 1860 aos nossos dias). Capit. III, pp. 125-192.
- TOSTA, Ignacio, 1906 - "Discurso pronunciado pelo deputado..., presidente honorário da Sociedade Nacional de Agricultura, na sessão da Câmara dos Deputados, de 29 de dezembro do ano findo", *A Lavoura*, Rio de Janeiro, S.N.A., X (1-2): 19-23, jan/fev.